

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE OUTUBRO DE 2013

NÚMERO 6.612

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Silvio Dreveck
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Altair Silva
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Altair Silva
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Altair Silva
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Silva
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Rita de Cassia Costa

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII
NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 029ª Sessão Especial realizada em 27/08/2013, às 19 Horas em Homenagem à Cut Pela Passagem de Seus 30 Anos de Fundação.....2
 Ata da 072ª Sessão Ordinária realizada em 28/08/2013.....7
 Ata da 073ª Sessão Ordinária realizada em 29/08/2013.....13

Publicações Diversas

Atas de Comissões
 Permanentes.....20
 Extratos.....20
 Projetos de Lei.....21
 Redações Finais.....22
 Resolução.....28

P L E N Á R I O

ATA DA 029ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 19 HORAS EM HOMENAGEM À CUT PELA PASSAGEM DE SEUS 30 ANOS DE FUNDAÇÃO PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades a seguir nominadas:

Excelentíssimo senhor deputado estadual Neodi Saretta;
 (Palmas)

Senhora secretária de Comunicação da CUT Nacional, Rosane Bertoti, neste ato representando o presidente Wagner Freitas de Moraes;
 (Palmas)

Senhor presidente da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina, Neudi Antônio Giachini;

(Palmas)

Senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem à Central Única dos Trabalhadores pela passagem dos seus 30 anos de fundação foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

A seguir teremos a execução do Hino Nacional com a projeção de imagens que contam a história da CUT.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhor Daniel Domingos dos Passos, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos - Dieese - , neste ato representando o supervisor regional José Álvaro Cardoso;

Senhor Mateus Mendes, diretor do quadro civil do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis, neste ato representando a presidente do sindicato, Rosângela Soldatelli;

Senhor Jair Paulo Stahler, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Extremo Oeste;

Senhor Valdir Azeredo e Silva, presidente do Sindicato da Alimentação de Concórdia;

Senhora Paula Fernanda de Souza, presidente do Sindicato dos Comerciantes de São José e Região;

Senhor Rogério Manoel Correa, presidente do Sindicato dos Empregados em Edifícios e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis;

Senhor Dionei Walter da Silva, ex-deputado estadual;

Senhor Vitorino Gabriel, presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis;

Senhora Rosemeri Miranda Prado, neste ato representando o presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Santa Catarina, Francisco Alano;

Senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços de Telégrafos e Correios de Santa Catarina, Hélio Samuel de Medeiros;

Senhores Jeferson Martini e Ulisses Baesso, vereadores de Serra Alta;

Senhor Luiz Cesar Schorner, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Jaraguá do Sul;

Senhor Aerton Luis Valmorbida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho e Região;

Senhor Valcir Braga Rodrigues, presidente do Sindicato da Alimentação de Jaraguá do Sul.

Agradeço a presença de todas as lideranças.

Quero registrar o recebimento de ofício da ministra Ideli Salvatti agradecendo o convite para esta sessão especial, informando da impossibilidade de participar e enviando cumprimentos e votos de sucesso.

Também recebemos ofício da sra. Isolda Espindola, diretora do Patrimônio da União em

Santa Catarina, parabenizando a CUT pelos 30 anos e dizendo da sua impossibilidade de participar do evento.

Também o ex-deputado Vânio dos Santos, chefe de gabinete da presidência da Caixa Econômica Federal, envia seus cumprimentos pelos 30 anos de fundação da CUT.

Peço ao deputado Neodi Saretta que assuma a condução dos trabalhos, a fim de que eu possa fazer uso da palavra como proponente desta sessão.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Prezado deputado Neodi Saretta, que neste momento conduz esta sessão; sra. Rosane Bertoti, que representa a CUT nacional; sr. Neudi Antônio Giachini, que representa a CUT estadual; companheiros e companheiras.

(Passa a ler.)

"Meu orgulho e minha emoção são ainda maiores porque faço parte dessa história. Fazer esta homenagem no plenário da Casa do Povo tem um significado muito forte, pois foi na luta pela democracia, contra a ditadura, pelos direitos individuais, pela organização da classe trabalhadora e por uma nova forma de sindicalismo que a CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Um ano depois, no dia 23 de setembro, a CUT foi fundada na cidade de Chapecó.

Era o início da década de 80 e a ditadura começava a perder poder. A CUT surgiu em um processo de enormes transformações políticas, econômicas e sociais. Emergiu da classe trabalhadora para fazer frente ao sindicalismo pelego, ao sindicalismo do faz de conta, ao sindicalismo oficial, e ganhou força junto aos movimentos sociais para ser protagonista de um momento de transformação política do país.

Companheiros e companheiras, a Central Única dos Trabalhadores é o resultado da luta de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse de fato e que fosse para as ruas batalhar por uma sociedade mais justa, democrática e socialista.

Por meio da CUT, milhares de trabalhadores do Brasil foram às ruas empunhando a bandeira pelas eleições diretas, pelo salário maternidade, pela seguridade social, pelo *impeachment* do ex-presidente Collor, contra as privatizações, contra as reformas neoliberais, pelos direitos sociais, pelo direito à terra, pelos direitos dos agricultores familiares, pela igualdade de gênero, pela criação do salário mínimo catarinense, pela liberdade sindical e por tantas outras lutas em prol da sociedade brasileira. Desde sua fundação a CUT tem sido protagonista na disputa da hegemonia política e de um projeto de desenvolvimento econômico e social no Brasil, na América Latina e no mundo, impondo uma pauta pública de luta pela soberania, pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora e das populações excluídas pelo modelo neoliberal.

Não foi por acaso que dentro da Central Única dos Trabalhadores emergiu uma das figuras mais emblemáticas do país. Foi na CUT que um operário, um retirante do nordeste, tornou-se a principal liderança dos trabalhadores. Com o apoio da CUT, Luiz Inácio da Silva chegou à Presidência da República e deu início a um governo democrático e popular que mudou o rumo do Brasil. Um governo que garantiu a inclusão social e econômica de milhões de brasileiros e conduziu o país a um dos menores índices de desemprego já registrados na história.

Mas, companheiros e companheiras, acreditamos que o mais importante não é a situação em que estamos, mas a direção na qual nos movemos. Digo isso porque a luta da CUT continua todos os dias. Somos eternos vigilantes. Temos em pauta a luta contra a terceirização e

precarização do trabalho; pelo fim do fator previdenciário; pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário; pela democratização dos meios de comunicação, porque não podemos ficar de braços cruzados diante de conglomerados e monopólios da comunicação que exercem um poder midiático desproporcional sobre a sociedade; e contra entidades corporativas hipócritas que preferem ver as pessoas morrendo a aceitar a vinda de médicos estrangeiros para o país.

É fato que parte da elite no país ainda não compreendeu a importância da valorização do trabalhador e da trabalhadora. Não compreendeu a posição do nosso governo, que afrontou a tese de que primeiro era preciso crescer para depois dividir a riqueza. Nesses dez anos de governo, nós dividimos ao mesmo tempo em que fomentamos o crescimento da economia. Valorizamos o salário mínimo, dividimos renda e impulsionamos a economia interna. A elite neoliberal não entende isso. Segue rezando a doutrina de que para fazer crescer a economia é preciso reduzir o custo do 'trabalho'.

Mas hoje é um dia de celebração. Fazemos celebrações porque precisamos de pausa serena para continuar a caminhada. A pausa necessária para o carinho, o abraço, a confraternização e o reconhecimento.

Por isso, além dos atuais presidentes, queremos hoje reconhecer o trabalho e a dedicação dos ex-presidentes da nossa Central Única dos Trabalhadores, dos sindicatos e entidades filiadas. Como dirigente sindical conheço muito bem os desgastes da dedicação à luta, o desgaste das reuniões, das viagens, das negociações, das mobilizações e greves. Enfrentar o poder econômico e político não é para pessoas fracas. Por isso, os meus parabéns a todos vocês. A paixão e a obstinação os moveram e tornaram-nos merecedores de nossos aplausos.

Esse reconhecimento também é representado em projeto de minha autoria, que cria o Dia Estadual do Sindicalista, a ser comemorado no dia 9 de setembro, que foi o dia da implantação do piso mínimo catarinense.

Que a esperança, o sonho e a vontade de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária continuem movendo todos nós.

Recordo das palavras de Paulo Freire: 'Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação/reflexão.'

Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, parabéns a todos e a todas!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Devolvo a condução dos trabalhos ao deputado Dirceu Dresch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta!

Convido para fazer parte da mesa a sra. deputada Ana Paula Lima.

(Palmas)

A deputada estava na reunião da CPI da Telefonia, pois temos várias atividades ocorrendo na Casa nesta noite.

Também convidamos o quarto-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Jailson Lima, para compor a mesa.

(Palmas)

Neste momento convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Boa noite a todos e a todas, companheiros e companheiras, sindicalistas aqui presentes nesta noite.

Cumprimento os meus colegas deputados em nome do deputado Dirceu Dresch, que preside esta sessão, do deputado Jailson Lima, membro da Mesa Diretora, e da líder da nossa bancada, deputada Ana Paula Lima.

Este é um momento marcante e importante, pois marca os 30 anos da história da

CUT. Nascida ao arripio da legislação vigente à época, que seguia apenas o sindicalismo oficial da *Carta del Lavoro*, não permitindo que trabalhadores e sindicatos se organizassem em centrais sindicais, a CUT, apesar de desses entraves jurídicos, tornou-se uma grande central sindical, a maior deste país, e teve uma participação fundamental nas grandes lutas e conquistas dos trabalhadores nos últimos 30 anos.

Portanto, comemorar significa também ter presente a luta de muitos brasileiros, principalmente para aqueles que não estiveram nela. Agora, alguns até dizem que acordaram. Que bom que mais pessoas estão acordando, porque a CUT está há 30 anos na luta, na batalha, na organização e na construção das grandes transformações do Brasil.

Parabéns a vocês, sindicalistas! Parabéns a todos que acreditaram na organização sindical, na organização popular e na organização dos trabalhadores.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Quero ainda registrar a presença das seguintes personalidades:

Senhor José Fritch, presidente do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina;

Senhor Paulo César Rossi, vereador do município de Alfredo Wagner;

Senhor Sansão Souza Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Balneário Camboriú;

Senhora Jaluza de Freitas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mercado Imobiliário de Porto Belo, Bombinhas e Tijucas.

Neste momento, convido o deputado Jailson Lima para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o deputado Dirceu Dresch pela brilhante iniciativa do registro na Assembleia Legislativa dos 30 anos da CUT.

Saúdo a deputada Ana Paula Lima, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, e o deputado Neodi Saretta.

Cumprimento a sra. Rosane Bertoti, secretária de Comunicação da CUT, e o sr. Neudi Antônio Giachini, presidente da Central Única dos Trabalhadores em nosso estado.

Quero saudar todos os presentes nas pessoas de Leonir Lorenzetti, que foi meu professor na cadeira de Saúde Pública na Universidade Federal de Santa Catarina; de Reinaldo Brasileiro Machado, meu colega médico, e de José Carlos Mello, vereador de Criciúma, que também é médico.

Faço esse cumprimento aos profissionais de saúde porque sou médico, sou um profissional da área, assim como a deputada Ana Paula Lima.

O país vive um momento de divisor de águas. Um momento em que efetivamente se constroem transformações com inclusão efetiva de uma sociedade que jamais imaginou que a tivesse num espaço tão curto de tempo, e isso do dia para a noite, para os meios de comunicações, para uma elite que jamais imaginou que chegássemos num espaço como esse.

É difícil compreender, e essa compreensão é muito presente para nós em decorrência da construção da luta de quem acreditou num país no qual pudesse haver justiça, de quem acreditou num país que com a luta consolidada dos trabalhadores pudesse ousar, através de uma central sindical, através de um partido o qual aqui representamos.

Quando analisamos o histórico do IDH dos municípios e vemos que os meios de comunicação colocam que essas mudanças aconteceram nos últimos 30 anos, temos que ter

claro que as mudanças efetivas ocorreram nos últimos dez anos. Temos que ter claro que os indicadores econômicos passaram a ser uma realidade oficial do povo brasileiro a partir dos últimos dez anos.

E a Central Única dos Trabalhadores, queira ou não essa elite, representa a essência germinativa deste momento democrático que permite que a classe média vá para a rua questionar modelos políticos, mas não questionar o modelo econômico vigente, porque não foi para a rua reclamar por falta de emprego, não foi para a rua reclamar por falta de comida à mesa, não foi para a rua reclamar por falta de vagas em escolas, de universidades, de escolas técnicas.

Então, este momento que aqui passamos hoje vai ficar na história catarinense da comemoração dos 30 anos da Central Única dos Trabalhadores que representa muito isso.

Hoje, nesta Casa, deputada Ana Paula Lima, deputados Neodi Saretta e Dirceu Dresch, vivemos um dos momentos mais importantes de um debate de um programa de governo federal que é o Mais Médicos. O que vimos e estamos vendo neste país é uma tremenda selvageria, e um exemplo disso é o que aconteceu no Ceará quando os médicos cubanos ao chegarem foram recepcionados por vaia, sendo chamados de racistas e de escravos por médicos formados em escolas deste país, onde ainda morre gente por falta de médicos.

Se há uma coisa que o nosso governo não pode melindrar é a defesa da vida humana, é a defesa de valores que constroem uma sociedade democrática. E se a CUT está neste momento onde está é porque até o presente momento tem ajudado a construir e consolidar essa sociedade democrática, a exemplo do partido que nós representamos.

Queira a história, deputado Dirceu Dresch, que estejamos aqui comemorando os 100 anos da CUT com v.exa. como presidente desse aniversário.

Que Deus abençoe todos e salve a luta!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Estaremos aqui, deputado Jailson Lima, com certeza.

A deputada Ana Paula Lima abriu mão de ocupar a tribuna. Agradeço à líder de nossa bancada.

Neste momento convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Central Única dos Trabalhadores, pela passagem de seus 30 anos de luta por melhores condições de vida para os trabalhadores, atuando em todos os ramos de atividade econômica do país, engajada no processo de transformação da sociedade brasileira, sempre baseada em princípios de igualdade e solidariedade, defendendo a liberdade e autonomia sindical.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch para fazer a entrega da homenagem à sra. Rosane Bertoti e ao sr. Neudi Antônio Giachini, neste ato representando a Central Única dos Trabalhadores.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Em defesa de bandeira históricas da classe trabalhadora com a reforma agrária, a democracia e as melhorias nas condições de vida, as greves no ABC paulista no final da década de 1970 impulsionaram segmentos combativos do sindicalismo brasileiro a forjar um grande movimento nacional que resultou na fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo.

Presente em todos os ramos da atividade econômica, com mais de oito milhões de trabalhadores na base, consolidou-se como a maior central sindical da América Latina e a quinta maior do mundo. Em Santa Catarina são 123 sindicatos filiados e sete organizações, sendo duas federações oficiais e cinco entidades orgânicas - coordenações de ramos, representando 625.694 trabalhadores.

Além da sede estadual, a CUT tem, em Florianópolis, uma escola de formação sindical, a Escola Sindical Sul, funcionando também a Escola Técnica em Turismo e Hotelaria, com atividades voltadas à qualificação profissional.

Ao longo de 30 anos tem sido decisiva na defesa do reconhecimento e da valorização do trabalho, seja nas lutas pela garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, tanto nas negociações diretas junto aos empregadores quanto nas reivindicações e resistência no campo do marco legal.

É com essa concepção e prática que o movimento sindical cutista foi forjado na história do nosso país, contribuindo para uma sociedade justa, igualitária e de garantia do acesso aos direitos da pessoa humana.

Dando continuidade à nominata, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem a personalidades e entidades que muito contribuíram nesses 30 anos da Central Única dos Trabalhadores.

Convido o deputado Dirceu Dresch, acompanhando da deputada Ana Paula Lima, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Jorge Lorenzetti, presidente de 1984 a 1985.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Reinaldo Brasiliense Machado, presidente em 1987.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ineir Miguel Mittmann, presidente de 1988 a 1991.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alípio Inácio Alves, presidente em 1994.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Valdeci José da Silva, presidente de 1997 a 2000.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Roberto Gonçalves, presidente em 2003.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradecendo à deputada Ana Paula Lima, convido o deputado Neodi Saretta para fazer a entrega da homenagem ao sr. Neudi Antônio Giachini, presidente de 2006 a 2010, e atual presidente da CUT.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a representante da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina - Fecesc -, sra. Rosimeri Prado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf -, sr. Alexandre Bergamin.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil e Mercado Imobiliário de Santa Catarina - Fetracon -, sr. Vilmar Osovisck.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Federação dos Servidores Municipais de Santa Catarina, sr. Liseo Mazioni.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Federação dos Trabalhadores da Alimentação de Santa Catarina - Fetrial -, sr. Reinaldo Pereira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - Sintrafesc -, sra. Maria das Graças Albert.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradecendo ao deputado Neodi Saretta, convido o deputado Jailson Lima para proceder à entrega da homenagem junto ao deputado Dirceu Dresch.

Convido para receber a homenagem o representante da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina - Fetessesc - sr. Carlos Borges.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina - Sintesp -, sr. Antônio Lins.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - Sinte -, sr. Luiz Carlos Vieira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Correios e Telégrafos e Similares de Santa Catarina - Sintect -, sr. Hélio Samuel de Medeiros.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Criciúma e Região - Seeb -, sr. Edgar da Cunha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese -, sr. Daniel Passos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Departamento Estadual da Confederação Nacional dos Metalúrgicos de Santa Catarina, sr. Vilmar Sizino.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Neste momento convido para fazer uso da palavra o sr. Jorge Lorenzetti, neste ato representando os ex-presidentes da Central Única dos Trabalhadores. O SR. JORGE LORENZETTI - Companheiro deputado Dirceu Dresch, cumprimento v.exa. e agradeço por esta bela iniciativa.

Também quero cumprimentar os demais companheiros deputados, em especial a minha colega enfermeira, deputada Ana Paula Lima, os deputados Neodi Saretta e Jailson Lima, grandes companheiros de trajetórias antigas.

Cumprimento Neudi Antônio Giachini e Rosane Bertoti, dirigentes da CUT, os ex-

presidentes. Espero, inclusive, que tenham sido consultados e concordado que eu falasse em nome de todos vocês. Se não foram, espero que não se incomodem.

Quero também cumprimentar todos dos dirigentes sindicais, os trabalhadores e trabalhadoras, as lideranças, e dizer que é uma emoção muito grande ver que a Assembleia Legislativa está fazendo essa sessão especial em homenagem à nossa entidade.

Durante os meus 20 anos de dedicação à Central Única dos Trabalhadores logicamente houve tempos bons, às vezes não tão bons, mas tenho muito orgulho desse período da minha vida, quando abri mão do meu trabalho de professor da Universidade Federal de Santa Catarina, para me dedicar à CUT. Para mim a CUT começou a ser criada em 1981, na 1ª Conclat, realizada em Praia Grande, no estado de São Paulo. Lá realmente nasceu a Central Única dos Trabalhadores. Depois, em 1983, 1984 e no período de 1986 até 1994, estive na direção nacional da CUT como secretário nacional de Formação. Em seguida continuei aqui na Escola Sul até 2001. Então, foram atividades das quais tenho orgulho e que faço questão de colocar no meu currículo.

Agora, voltando para a Universidade Federal de Santa Catarina, tenho a oportunidade de retomar o diálogo com os estudantes sobre a conjuntura atual, sobre o que significa o sindicalismo e a sua importância.

Muitos dos companheiros presentes hoje aqui compartilharam comigo, com os trabalhadores, com as trabalhadoras, o momento de implantação da CUT. Olhando para esta plateia, alguns eu não conheço, muitos também não me conhecem, o que mostra que 30 anos é muito tempo, mas quando se trata de uma iniciativa como uma central sindical nacional não é tanto tempo assim.

O período de implantação da CUT foi um período duro, mas também muito especial, porque foi um período desafiador. Agora vivemos um momento de consolidação, de novos desafios para a Central Única dos Trabalhadores, mas lembro-me da época do congresso de 1984, em Chapecó, quando ficou decidido que seria criada a CUT de Santa Catarina. O evento contou com uma presença significativa de trabalhadores rurais, que tiveram e têm um papel fundamental na CUT catarinense. Também tiveram papel importante os servidores públicos estaduais, assim como outras categorias de trabalhadores, em especial os comerciários de todo o estado. Inclusive, em nossos debates internos, insistíamos que um trabalhador rural fosse o primeiro presidente da CUT, mas não se conseguiu convencer o presidente do Sindicato Rural de Chapecó a assumir a presidência.

Então, eu assumi o cargo, mas quero dizer que assumi como uma tarefa, pois, acima de tudo, estava em nosso horizonte o papel que uma central sindical deveria desempenhar naquele momento histórico do Brasil. Portanto, não recuamos dos sacrifícios que tivemos que fazer na época e lembro muito bem que nossas viagens eram financiadas por cotas pessoais, por nossos mesmos.

A primeira sede da CUT foi financiada com recursos de cotização individual de pessoas como eu, que era servidor público, como o dr. Reinaldo Pereira, presente nesta sessão, e de outros companheiros e companheiras que podiam contribuir mais. Então, fazíamos isso não porque fôssemos simplesmente altruístas, mas porque tínhamos a compreensão política de que uma central sindical precisava existir no Brasil para cumprir um papel histórico fundamental.

Depois, quando tivemos a oportunidade de entrar em contato com centrais sindicais de outros países com democracias consolidadas, com uma justiça social mais avançada, verificamos que havia entidades com 50, 60, 100 anos. E

ficávamos imaginando se um dia a CUT faria 50 anos... Será que conseguiríamos construir uma organização capaz de ser protagonista dos direitos dos trabalhadores de um Brasil melhor que durasse 20, 30, 50 anos, quiçá, 100 anos?! E hoje nós estamos aqui comemorando 30 anos.

Então, a CUT é uma coisa inédita na história do Brasil e mostra que estávamos muito corretos quando, em 1983, como lembrou o deputado Jailson Lima, constituímos uma central sindical ilegalmente. Assim, para a CUT poder atuar na sociedade ela utilizava o estatuto de um Instituto Nacional de Formação, driblando as leis da ditadura para poder desenvolver suas lutas.

De modo que quero reafirmar a minha satisfação, quero reafirmar a minha alegria de ter participado do processo de implantação. E isso é compartilhado com companheiros e companheiras com uma convicção político-ideológica tão firme que fizeram dessa tarefa a prioridade das suas vidas.

Gostaria de dizer que espero que nos próximos 30 anos a CUT não seja apenas o que já é, mas seja muito maior dentro da realidade brasileira. A nossa geração fez muito, mas há muito a fazer. Somos parte do projeto de um Brasil democrático e popular, que saiba combinar a autonomia sindical com um projeto de governo democrático e popular. E isso precisa continuar sendo impulsionado com os novos desafios que serão colocados daqui para frente.

Vivemos um período de grandes transformações tecnológicas, de organizações sociais e de trabalhadores com capacidade de exercer esse protagonismo e de ser determinantes na perspectiva daquilo que estava no nosso sonho lá nos anos 70, 80: a retomada da democracia no país, a criação de um país justo, democrático e baseado nos princípios do socialismo democrático.

Muito obrigado pela deferência!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Nós temos um homenageado que chegou agora e gostaríamos de entregar-lhe a merecida homenagem.

Convido o sr. deputado Neodi Saretta para fazer a entrega da placa ao sr. Carlos Borges, homenageado da Fetessesc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, convido para fazer uso da palavra o sr. Elizeu Mazzioni, neste ato representando os homenageados.

O SR. ELIZEU MAZZIONI - Quero, inicialmente, saudar o deputado Dirceu Dresch, a deputada Ana Paula Lima, o deputado Neodi Saretta e o deputado Jailson Lima.

Também saúdo a Rosane, que representa a CUT nacional, o Neudi e os ex-presidentes.

Pediram-me para falar sobre os ramos, e como são muitos, lerei a relação:

- Federação dos Trabalhadores da Alimentação;

- Federação dos Empregados do Comércio;

- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar;

- Departamento Nacional dos Metalúrgicos;

- Federação dos Trabalhadores da Construção Civil;

- Federação dos Trabalhadores Municipais;

- Sintesp, servidores federais;

- Sintrafesc;

- Sintep, dos professores estaduais;

- Sintesc, dos trabalhadores nos

- Correios;

- Fetessesc.

Creio que a novidade que a Central Única dos Trabalhadores trouxe foi justamente ter um movimento sindical para além das categorias,

para além das federações e das confederações, estabelecendo um sindicalismo que reúne a classe trabalhadora. Acho que essa é a grande novidade que os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil, no início dos anos 80, construíram neste país. Uma Central Sindical Única para unificar a sua classe trabalhadora.

Geralmente se fala que na democracia há o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Na CUT nós falamos que há também o poder da imprensa e o poder econômico, que é o maior deles. Eu acredito que a Central Única dos Trabalhadores foi a forma que a classe trabalhadora encontrou para mostrar o seu poder, porque foi através da CUT que ela se constituiu como poder democrático no Brasil. E foi pela CUT que nós, trabalhadores e trabalhadoras, tivemos a oportunidade mostrar as lideranças da classe, assumir posições no Legislativo e no Executivo, inclusive a Presidência da República, e defender constantemente nas ruas, nos parlamentos, nos governos e nos palácios os interesses dos trabalhadores.

Para finalizar, acho que temos que comemorar, nesses 30 anos, o fato de o Brasil ser hoje um exemplo para o mundo de que é possível gerar emprego e proteger o trabalho, que é possível gerar e formalizar o trabalho, que é possível preservar o direito dos trabalhadores, ampliar as políticas sociais, crescer e distribuir renda.

Os nossos agradecimentos ao deputado Dirceu Dresch e aos demais aqui presentes pela homenagem. Com certeza podemos celebrar a contribuição efetiva que cada trabalhador e trabalhadora deste país, através da Central Única dos Trabalhadores, pôde fazer por sua classe e pelo seu país.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Convido a fazer uso da palavra o sr. Neudi Antônio Giachini, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina.

O SR. NEUDI ANTÔNIO GIACHINI - Quero cumprimentar o deputado Dirceu Dresch, proponente desta homenagem, todos os deputados e dirigentes de todos os ramos e sindicatos que aqui estão.

Especialmente quero cumprimentar os funcionários da CUT e os ex-presidentes.

Quebramos alguns protocolos da Casa e eu trouxe aqui a placa que recebi no momento da homenagem para fazer a leitura do que aqui está escrito, para que todos saibam o que foi colocado nesta homenagem.

(Passa a ler.)

"Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

O Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem à Central Única dos Trabalhadores - CUT - pela passagem dos seus 30 anos de luta pelos trabalhadores do campo e da cidade, por melhores condições de vida, atuando em todos os ramos da atividade econômica do país, engajado no processo de transformação da sociedade brasileira, baseada em princípios de igualdade e solidariedade na defesa da liberdade e da autonomia sindical."[sic]

Então, essa homenagem não é somente para o atual presidente da CUT, mas para todos os ex-presidentes, para todos aqueles que passaram pela direção, uma vez que a central não é feita somente pelos presidentes, mas por todos os 42 membros diretivos.

Hoje temos um processo construído, no qual elegemos membros dos Poderes Legislativo e Executivo. No passado jamais imaginávamos um deputado, um vereador, um prefeito na posse da diretoria de um sindicato. Hoje isso é comum.

Quero agradecer a todos que se fizeram presentes a esta homenagem. Quem constrói a

CUT no dia a dia são os nossos ramos, é o nosso trabalhador no seu local de trabalho, seja a indústria, o comércio, os órgãos públicos ou o campo, porque aqui representamos todos os segmentos da sociedade. Então, falar sobre a história da CUT é falar sobre a história dos trabalhadores. Ela se confunde com a matriz ideológica do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, sempre afirmamos nossa liberdade sindical para podermos enfrentar as disputas da construção da sociedade, a fim de termos justiça social. Essa autonomia em relação a qualquer partido político nos dá condições de pertencer à agremiação que quisermos. Muitos de nós somos filiados ao PT ou a outros partidos de esquerda, mas jamais seremos correia de transmissão. Lembro, inclusive, da luta que estamos empreendendo acerca do PL n. 4.330, que se refere à terceirização, que torna a CUT protagonista nesse processo, pois, se necessário, iremos a Brasília conversar com nossos parlamentares para que possamos enterrar esse projeto que, a nosso ver, destruirá todos os direitos que a classe trabalhadora construiu ao longo dos anos. Queremos que a presidente Dilma Rousseff enterre esse PL, porque ele representa a destruição de todos os direitos dos trabalhadores, daquilo que foi construído e consolidado ao longo de 30 anos, tanto na CLT como na Constituição de 1988.

Por isso, no mês de junho, quando aconteceram os movimentos de rua negando as instituições, nós dissemos que o Brasil teve um projeto de sociedade e preferiu construí-lo pela via legal, sem revolução. Ninguém foi para o paredão para fortalecer as instituições, sejam partidárias, sejam dos trabalhadores, sejam do empresariado. Se quisermos aprofundar a democracia, precisamos fortalecer nossas instituições: o Parlamento, o Executivo e o Judiciário.

Então, para nós que estamos há muitos anos na luta, é um orgulho estarmos nesta Casa recebendo esta homenagem. Mas os verdadeiros homenageados são os nossos ramos. Por isso é que quebramos o protocolo da Casa para podermos homenagear todos os que aqui estão.

Vamos enfrentar ainda muitas lutas, ainda temos muito que construir. Pelo último senso ficamos sabendo que somente no estado de Santa Catarina há 102 mil pessoas abaixo da linha da pobreza. E somos um estado bem colocado no cenário nacional, que tem uma economia pujante, diversificada! Por isso não dá para admitir que haja tantas pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, recebendo menos de US\$ 70 por mês.

Nos últimos dez anos fizemos muito, e o mais importante foi o estabelecimento do piso salarial estadual, importante marco na nossa história, que fez com que muitas categorias tivessem uma melhor condição de salário. E nesse processo é importante destacar a parceria com o Dieese, que coordenou o processo juntamente com as demais centrais sindicais, porque em alguns momentos de luta temos que deixar de lado as questões ideológicas e pregar a união em nome de uma causa maior.

Pois bem. Através de um projeto de iniciativa popular - e nós ainda acreditamos nisso - trouxemos a esta Casa um projeto com 50 mil assinaturas e batalhamos para que a maioria dos deputados o aprovasse. Não é de graça que estejam aqui somente os deputados de esquerda e que tenham uma relação conosco.

Acredito que ainda temos muita luta pela frente. Para tanto precisamos trazer a juventude para o debate. Temos dificuldade nesse segmento, mas o protagonismo não pode parar por aí. A CUT tem que continuar sendo grande. E só será se conseguirmos agregar cada vez mais lideranças na nossa luta.

Quero agradecer de coração esta homenagem, que é para todos nós. Oxalá possamos comemorar mais 100 anos da Central Única dos Trabalhadores, porque ela continuará ajudando a construir um Brasil mais justo, com crescimento econômico e com distribuição de renda para todos os trabalhadores.

Muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra a sra. Rosane Bertoti, neste ato representando o presidente da Central Única dos Trabalhadores em nível nacional.

A SRA. ROSANE BERTOTI - Quero cumprimentar carinhosamente todos os que estão aqui e que constroem o dia a dia da Central Única dos Trabalhadores, que faz a luta no seu local de trabalho, na sua organização sindical em todos os rincões deste país.

Nesta semana estamos comemorando os 30 anos da Central Única dos Trabalhadores. Amanhã, no Estádio Vila Euclides, onde nasceu a CUT, estaremos comemorando a data com uma grande festa, porque tudo foi conquistado com muita luta, com muita negociação.

Ao cumprimentar o deputado Dirceu Dresch por esta iniciativa, quero dizer que para eu estar aqui falando sobre esses 30 anos da CUT, lembrando-me de cada momento e de cada um, devo muito a duas pessoas. Uma delas é o deputado Dirceu Dresch, que foi à minha casa dizendo que eu precisava ser dirigente da CUT. A outra é o companheiro Alípio, que na ousadia da construção da Fetraf, em 1997, dizia que era preciso ter mulheres na luta sindical. Então, para mim é um grande orgulho estar na festa da comemoração dos 30 anos da nossa central.

Muitos dos que aqui estão eu conhecia apenas pelo nome, como o Reinaldo e o Lorenzetti, que deixaram sua marca na construção de uma política nacional de formação que hoje é referência nacional.

O Ineir, com sua irreverência, sua teimosia, demonstrou que é preciso tentar sempre construir sempre. O companheiro Valdeci sempre disse que um dirigente sindical tem que estar com a mala pronta, porque ser dirigente é percorrer os rincões do seu estado. Com o companheiro Paulo aprendi que é na divergência que crescemos e consolidamos uma grande central sindical. O companheiro Neudi tem feito a luta de cada dia, mostrando que a organização está muito forte neste momento de disputa sindical.

A história da CUT se confunde com a história da democracia do Brasil. Às vezes podemos pensar que erramos na história de 30 anos da CUT. E com certeza erramos em muitas coisas, também deixamos de fazer outras, mas tenhamos a certeza de que a história do Brasil não seria mesma sem a presença e a participação dessas caras vermelhas, que com suas barbas, com sua alegria e irreverência construíram a CUT com muita luta e mobilização.

Quem comemora 30 anos tem muita coisa para comemorar. Nós poderíamos lembrar quantas vezes precisamos ir a Brasília para garantir o salário maternidade para as agricultoras, porque até então elas não eram consideradas nem mesmo trabalhadoras. Quantas vezes precisamos fazer mobilização para garantir um contrato nacional, como foi a experiência do sindicato dos bancários. Quantas vezes se precisou fazer mobilização para simplesmente garantir uma negociação coletiva ou o direito de sentar à mesa para discutir e negociar.

Mas essa Central Única dos Trabalhadores que ousou na luta dos trabalhadores, também ousou dizer que o estado precisa ser forte, precisa reconhecer a capacidade dos seus trabalhadores e distribuir renda. E a CUT, que lutou pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, também fez a diferença na economia e na política deste país. Porque não tenho dúvida nenhuma de que se não fosse a luta da CUT, de cada um que está aqui, Lula não teria sido presidente da República e Dilma também não teria sido eleita. Dessa história nós devemos orgulhar-nos e bater no peito com muito orgulho.

Essa história de 30 anos nos desafia muito mais. Se quisermos comemorar 40, 50 anos, com uma CUT que não represente apenas sete milhões de trabalhadores, mas 40 milhões, temos muitos desafios a enfrentar. Precisamos continuar firmes na luta, continuar a defender cada momento da nossa história e da nossa organização. Porque é verdade que avançamos muito, como vários

deputados já disseram, mas é verdade também que é preciso fazer a mudança. É verdade que a agricultura familiar cresceu. É verdade que o agronegócio se sobrepõe à agricultura familiar. É verdade também que a reforma agrária ainda não avançou. É verdade que construímos várias universidades e escolas técnicas, mas é verdade também que ainda precisamos avançar no sentido da qualidade da educação, garantir o piso nacional e o direito da negociação coletiva para todo o setor público. É verdade que nós avançamos muito nas políticas sociais, mas é verdade que precisamos garantir e ampliar o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Então, para concluir, companheiros e companheiras, a nossa história será tão mais bonita e tão maior quanto a capacidade de luta e mobilização que a Central Única dos Trabalhadores tiver. Ela precisa continuar fazendo movimentos reivindicatórios como o que ocorre para enterrar o famigerado PL n. 4.330, como o que está fazendo para que nenhuma mulher ganhe menos do que um homem num trabalho igual, como o que pregamos quanto aos direitos dos índios e dos negros.

Essa é a bela história da Central Única dos Trabalhadores! Parabéns a cada um que fez e faz a bela história da CUT! Parabéns aos catarinenses que constroem a CUT e fazem o seu dia a dia em Santa Catarina!

Não podemos mais aceitar eternamente um estado oligárquico que não dialoga com os trabalhadores, que não senta à mesa para negociar com os trabalhadores. É dessa forma que vamos fazer cada vez mais uma Central Única dos Trabalhadores pujante e com capacidade de negociação e mobilização.

Parabéns a todos e a todas! Obrigada, deputada Ana Paula Lima e deputados Neodi Saretta, Dirceu Dresch e Jailson Lima! Sejamos fortes, porque juntos somos a Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, Rosane.

Ao olhar para cada um dos aqui presentes, percebi a emoção de que foram tomados, principalmente após as palavras do Lorenzetti, que colocou as dificuldades do início da CUT e da ousadia da "companheirada" para construir sua história.

E ao falar do Jorge Lorenzetti, quero lembrar que ele voltou a estudar e daqui a poucos dias concluirá o seu doutorado.

Queremos reiterar a nossa alegria de trazer a comemoração dos 30 anos de fundação da CUT para uma sessão especial desta Casa. Um dos sentimentos mais bonitos que um ser humano pode ter é a gratidão. Como disse a Rosane, temos que olhar para frente, continuar a luta e trazer a juventude para o debate junto à Central Única dos Trabalhadores. Mas também devemos olhar para trás e ver a importância daqueles que construíram essa história, sabendo da seriedade e do compromisso que esses companheiros nos deixaram.

Então, vamos encerrar este momento de gratidão e de valorização da história, mas não podemos encerrá-lo sem um coquetel. Portanto, convidamos todos para participarem de um coquetel no hall deste Poder, porque vocês merecem!

Esta Presidência agradece a toda a equipe de apoio e aos funcionários da Casa pela realização desta sessão tão importante. Agradece também a presença de todos os que aqui vieram e convida-os para, de pé, ouvirem a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Rosa - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, inicialmente quero convidar todos os deputados, especialmente os da região norte de Santa Catarina, para na próxima sexta-feira comparecer à audiência pública que acontecerá na Câmara de Vereadores de Joinville, promovida pela comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, onde estarão presentes todas as lideranças afins.

Quero cumprimentar inicialmente as sras. Maria Verônica Mafra, Maria da Conceição Mendonza e a Maria da Glória Westphal, do grupo da terceira idade de Zimbros. Elas deixaram uma pequena mensagem que faço questão de ler.

(Passa a ler.)

"Idoso é quem tem o privilégio de viver uma longa vida; velho é quem perdeu a jovialidade. Você é idoso quando se exercita, mas é velho quando somente descansa. Você é idoso quando tem planos, mas é velho quando apenas tem saudade. Para o idoso a vida se renova a cada dia que começa; para o velho a vida se acaba a cada noite que termina. Para o idoso o dia de hoje é o primeiro do resto de sua vida; para o velho todos os dias parecem o último de uma longa jornada. Para o idoso o calendário está repleto de amanhã; para o velho o calendário só tem ontens. Para você: quando idoso viva uma longa vida, mas nunca fique velho."

Essa mensagem é de autoria do português Manoel Ferreira da Silva. Foi deixada pelo grupo de terceira idade que nos visitou.

Quero saudar também o Miguel Júnior, secretário da Assistência Social de Rio Fortuna, que, em nome da prefeitura, vem a esta Casa trazer os pleitos daquela cidade.

Hoje se comemora os 64 anos de emancipação política de Guaramirim. Quero, em nome do prefeito e do vice-prefeito, saudar todos de Guaramirim. E ontem inclusive a Câmara de Vereadores prestou uma homenagem a algumas pessoas, como o sr. Euclides Saldanha, o sr.

Walmor, da companhia de águas para irrigação da plantação, principalmente do arroz, e para a sra. Erci Kleine, em nome do sr. Victor Kleine que foi vereador, vice-prefeito, prefeito e faleceu recentemente. Ele já estava na lista dos homenageados quando faleceu. A homenagem é sempre prestada para pessoas vivas, com essa exceção.

Quero cumprimentar toda a população de Guaramirim, esta cidade que tem hoje aproximadamente 40 mil habitantes, detém um dos maiores, um dos melhores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano), justamente pela capacidade do povo, pelo empreendedorismo. É uma região muito industrializada, onde a qualidade de vida é excelente, justamente pela capacidade, pela criatividade do povo.

Sr. presidente, quero fazer um agradecimento especial em nome de todos os brusquenses, em nome de todos os habitantes do vale do Rio Tijucas e do Rio Itajaí-Mirim, pois, inclusive, o governador esteve na semana passada, na quinta-feira, nessa região, inaugurando duas obras grandes, a ampliação e praticamente a reconstrução da Escola Estadual Básica Feliciano Pires, a mais velha escola estadual da cidade de Brusque, uma escola que abriga alunos de todos os bairros, bem como a inauguração da Escola Básica João XXIII que sofreu praticamente uma revitalização e também a construção de uma quadra de esportes.

Também teve o início da duplicação da rodovia Antonio Heil, aliás, uma rodovia muito movimentada. Das rodovias estaduais é a com maior fluxo de veículos. Inclusive, tivemos uma notícia triste de ocorreu um acidente entre um carro e um caminhão, e um amigo guabirubense veio a falecer naquela rodovia. Acidentes como esse se dão porque é uma rodovia com muito fluxo, com pista simples.

O sr. governador esteve na cidade dando início à duplicação dos primeiros 3,2 quilômetros, de Brusque em direção a Itajaí. Também será dado o início das obras de Itajaí sentido Brusque, em outro momento.

Em segundo lugar, aproveitamos a visita do governador para pedir a ampliação e a reforma de três escolas, da Escola Estadual Urbana Osvaldo Reis, que precisa ser totalmente reformada. Ela está localizada num bairro grande, o Santa Rita, tem mais de 1.300 mil alunos, e o prédio tem mais de 30 anos.

O governador também assegurou a ampliação e a reforma da Escola Estadual Básica Professora Olívia Bastos, na cidade de Tijucas. E ainda pedimos, e certamente vamos ganhar, a construção de uma quadra de esportes para a Escola Estadual Básica Dom João Becker, de Brusque, que está sendo reformada.

Quero dizer ainda que de todas as escolas da regional da cidade de Brusque algumas já passaram por reformas, outras escolas estão sendo reformadas agora ou iniciando a reforma, como é o caso do Colégio Cruz e Souza e da Escola Dom João Boos, em Guabiruba.

Então, com essas reformas entregues pelo governador, na semana passada, mais reformas estão previstas, praticamente todas as

escolas da regional de Brusque estão revitalizadas e adequadas para o ensino. Isso vai dar qualidade de ensino principalmente para os alunos e professores.

Por isso, quero usar desse expediente para agradecer de forma especial ao governador do estado, ao secretário de estado Eduardo Deschamps, que tem dado uma atenção muito especial.

Santa Catarina tem 1.112 escolas estaduais e mais de 100 escolas vinculadas às escolas estaduais. E durante o governo Raimundo Colombo todas as escolas passaram por adequações.

Na nossa regional de Brusque o secretário de estado e o governador têm cumprido aquilo a que se comprometeram, que é deixar todas as escolas equipadas para o bom ensino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna, na tarde desta quarta-feira, com muita satisfação, em função de todo trabalho que ao longo de 14 anos estamos desenvolvendo na Assembleia Legislativa relacionado à questão da defesa do carvão mineral catarinense. Trabalho este que por uma atitude ousada do sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, e todos aquiesceram, foi elencada como uma das três bandeiras associadas ao Código Ambiental, ao combate às drogas e também à defesa do carvão mineral catarinense.

No dia de ontem tivemos, na Presidência da Casa, deputado Arnaldo Moraes, a presença do governador Raimundo Colombo, juntamente com o secretário da Fazenda, sr. Antônio Gavazzoni, o presidente da Fapesc e a participação de vários parlamentares, empresários do setor carbonífero, quando presenciámos a assinatura de um decreto do sr. governador do estado, flexibilizando o arranjo tributário e fiscal, possibilitando com isso condições de igualdade com os gaúchos para poder participar do leilão que deverá ocorrer amanhã, em São Paulo, na CCE - Câmara de Comércio e Energia. Esse leilão, através do pregão, deve iniciar às 10h até as 17h da tarde.

É preciso ressaltar aqui, sr. presidente, o compromisso efetivo por parte do governador do estado Raimundo Colombo, seu vice Eduardo Pinho Moreira, a equipe fazendária, na pessoa do sr. Antônio Gavazzoni, do sr. Almir, secretário-adjunto, os quais não mediram esforços para buscar a flexibilização da questão tributária, dos mecanismos de incentivos fiscais para que esse investimento pudesse ocorrer de forma tranquila e que pudesse dar todas as condições e a segurança jurídica para que os investidores pudessem assim participar do leilão.

É um investimento de mais de R\$ 2 bilhões, isso representa dizer mais do que uma vez e meia os investimentos da BMW.

Deputado Jailson Lima, v.exa. é oriundo do município da região carbonífera, Siderópolis, é um dos defensores dessa luta, juntamente com os meus pares do sul, então, v.exa. se enquadra nessa esteira pela conquista. É evidente que o deputado fez a sua parte.

Ontem saiu o leilão das eólicas, em torno de R\$ 110,00 o megawatts. E estamos com esta expectativa para o dia de amanhã.

Eu conversava com um dos representantes da Câmara de Comércio, que me dizia que das quatro usinas que foram listadas ficou apenas uma, do sul, mas não soube especificar precisamente se é o Projeto Usitesc. Disse-me também que essa empresa apresentou todas as garantias. E a Usitesc apresentou todas as garantias.

Não sei se a usina do Eike, do Rio de Janeiro, de 589 megawatts, com o carvão importado da Colômbia, preencheu todos os requisitos, assim como também as duas do Rio Grande do Sul, uma com 600 megawatts e outra de 650 megawatts.

Está listada, está credenciada uma única para o setor carbonífero, para a economia, para o segmento social do sul do estado que ficou desprestigiado e que perdeu muscularidade com a duplicação do trecho norte da BR-101, entre Palhoça e a divisa do estado do Paraná.

Evidentemente que todo investidor, quando procura um mapa de desenvolvimento econômico do estado, procura situar portos, aeroportos, rodovias, mão de obra qualificada, água, energia. E evidentemente que promoveram uma concorrência desleal, descomunal, desumana, o norte para com o sul. E os investidores acabaram se estabelecendo de Palhoça para cima, para o norte.

Espero que realmente possamos lograr êxito no dia de amanhã. Às vezes faço uma reflexão nos idos do governo Collor, quando o corte de subsídio do carvão culminou, deputado Dóia, com a demissão em massa de milhares e milhares de trabalhadores do setor carbonífero e desencadeou um processo de degeneração na economia do sul, onde éramos no o quarto da economia e caímos para a 11ª, 12ª posição.

Efetivamente essa linha, essa nova vertente vem trazer expectativa, esperança, capilaridade para a economia da região, porque não só teremos a geração de energia, mas a produção de sulfato de amônia para a utilização do insumo básico, do fertilizante para a agricultura, a cinza que é dotada no blende para a elaboração do cimento. Hoje, em torno de 30% do cimento produzido no Brasil se utiliza cinza de carvão importado e carvão nacional.

Quanto aos subprodutos agregados na cadeia produtiva, vai-se desencadear um novo processo dentro da pesquisa de desenvolvimento e inovação, a partir do centro de tecnologia de pesquisa do laboratório da SATC, que já está implantado. Evidentemente que a partir desse momento quebra-se um paradigma muito forte e nasce, brota, jorra uma vertente de expectativa, de esperança de um segmento que foi a tábua de salvação dos momentos de estado de sítio que o Brasil esteve. E foi o carvão catarinense que manteve acesa a chama das caldeiras da Cosipa, da Usiminas, das empresas metalúrgicas que desenvolveram este país.

Por essa razão, é um momento extremamente oportuno, e penso que o carvão deixa de ser o patinho feio, deputado Dóia Guglielmi, v.exa. que é da região carbonífera e também um defensor desse setor, evidentemente que respeitando com muita propriedade as questões ambientais, que busca uma eficiência através de concepção tecnológica de ponta, utilizada em países desenvolvidos, como a

Alemanha, os Estados Unidos, por exemplo, que vai com certeza dar um novo *start* para o desenvolvimento do sul de Santa Catarina.

Estou muito apreensivo, porque é uma batalha quase que inglória. Quando o Brasil fez o Tratado de Conpenhagen e Kyoto, havia uma cláusula que dizia da necessidade de reduzir tanto em percentual de CO2, mas especificamente não dizia que tinha que ser o carvão fora do processo. E o secretário Cobalchini assim o fez, marcou na paleta, mas infelizmente Santa Catarina foi penalizada, juntamente com o Rio Grande do Sul e com o estado do Paraná.

Graças ao maior político da história, chamado São Pedro, no final do ano passado, quando ocorreu um risco iminente de apagão, acendeu-se a luz vermelha do governo federal, e a partir daí houve a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff e também do ministério de Minas e Energia, ocorrendo a permissão para se poder participar do Leilão AM5, no dia de amanhã, dia 29 de agosto de 2013, a partir das 10h, na CCE, Câmara de Comércio de Energia, em São Paulo, até as 17h.

Esperamos, de uma vez por todas e efetivamente, poder inserir a geração de energia a partir do carvão no sistema integrado nacional brasileiro.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua luta incessante para beneficiar Santa Catarina, principalmente a região sul do nosso estado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente deputado Kennedy Nunes, quero cumprimentar os nobres colegas, fazer também o registro dos vereadores Wilson Nicolau Becker, do PP, Vilmar May, do PMDB, e Eder Rodrigo Scolari, do PSD, da cidade de Brunópolis, também do prefeito Paulo Roberto Weiss, do PT, o Paulinho, juntamente com o Cristiano Ribeiro Gomes, funcionário, e o Carlos José Pretti, vereador do PSD, todos do município de Rodeio.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Quero, antes de debater uma contestação sobre o Samu, com relação à decisão da Justiça de Santa Catarina, novamente manifestar minha solidariedade ética aos médicos cubanos que estão no Brasil.

Ontem, deputado Kennedy Nunes, abordamos a forma como foram tratados ou recepcionados pelos médicos brasileiros, no aeroporto do Ceará, em Fortaleza, e também houve uma recepção parecida no Rio Grande do Norte. O nível foi de agressão e de violência verbal, que ultrapassa os limites da ofensa pessoal e que entra no cenário da violência efetiva.

Quando um dos médicos de cor negra entrava no aeroporto foi chamado de escravo, e um deles respondeu: "Vou ser, sim, escravo dos doentes que vou atender no Brasil, em prol da saúde desse povo".

Então, quero parabenizar o dr. Ruan, eu não o conheço, é o nome do filho do nosso deputado Kennedy Nunes.

Uma jornalista do Rio Grande do Norte escreveu um artigo dizendo que as médicas cubanas têm cara de empregadas domésticas. Vejam só a locução dessa jornalista - e vou falar de locução, porque estou transmitindo aqui o que disse essa imbecil -, como se a profissão de empregada doméstica neste país fosse algum crime ou alguma atividade que não houvesse reconhecimento público.

Então, que venha *el pueblo hermano* de Cuba para atender os brasileiros que não têm médicos para atendê-los.

Faço essa defesa cada vez mais convencido de que nunca vi uma categoria errar tanto como está errando agora a categoria médica, trazendo para o cenário de um debate público algo que não aprendemos nas universidades, como médico, porque sou médico.

Então, cada vez mais o meu apoio ao Programa Mais Médicos do governo federal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, mesmo sendo médico, v.exa. reclama dos médicos por esse tratamento, e eu, como jornalista, vou reclamar dessa jornalista por esse tratamento também.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Valeu, deputado.

No mais, quero fazer aqui uma observação a respeito da questão da decisão da juíza sobre a terceirização do Samu em Santa Catarina.

Em 2006 foi terceirizado o atendimento de emergência do Samu n. 192 - e, para quem não sabe, para chamar o Samu deve-se ligar para este número. O estado terceirizou as oito centrais por R\$ 7 milhões por mês para uma entidade chamada Sociedade Paulista de Desenvolvimento de Medicina, que é uma empresa privada que só no estado de São Paulo tem mais de 2.500 processos por não prestar o serviço adequado e por não pagar prestadores de serviços.

Pela forma que foi terceirizado o Samu aqui no estado, contratando profissionais, deputado Kennedy Nunes, também sem carteira assinada - e reclamam que os médicos não vão ter carteira assinada no serviço de bolsa do Programa Mais Médicos -, essa empresa está fazendo uma verdadeira festa. E o estado diz que esse contrato é para evitar custos.

Na realidade, os custos operacionais do Samu com contrato com uma empresa já condenada judicialmente no estado de São Paulo, e que tem reproduzido isso Brasil afora, tem feito com que os Tribunais de Conta tenham se manifestado contrários a esse tipo de contrato, como ocorreu no estado de São Paulo, com a prefeitura do município, quando tinha o então prefeito Gilberto Kassab. E agora o prefeito Fernando Haddad está revendo esse contrato para ser cancelado.

Só no ano de 2012 o governo federal investiu R\$ 812 milhões em equipes de saúde do Samu neste país, deputado Dóia Guglielmi, e tem ampliado os investimentos dos valores, como em Santa Catarina.

Por que a sociedade médica não se posiciona contra esse afronte que é a forma de terceirização do Samu e a forma de contratação dos profissionais no Samu em Santa Catarina pelas oito Regionais, srs. deputados?

E o governo federal já implantou no Brasil ao todo próximo de 2.500 unidades de Samu atendendo a milhares de municípios e milhões de habitantes neste país. Diga-se de passagem, o Samu é um programa do nosso presidente Lula, desenvolvido no nosso governo e com recursos repassados. Porque quando dizem que o governo federal não repassa recurso integral para a equipe, temos que ter claro que na média e alta complexidade o que o Samu salva e evita de pacientes com internações prolongadas reduz o custo de gestão e manutenção dos hospitais públicos. É menos investimento da parte que cabe ao estado na manutenção de pacientes nos hospitais, deputado Taxista Voltolini.

Esse é um cenário de um governo que desenvolve em política pública para o povo brasileiro e que, em Santa Catarina, ao chegar os recursos, contrata uma empresa nefasta do estado de São Paulo para aqui terceirizar o Samu.

A doutora Sônia, quando o estado agora diz que não tem condições de assumir o Samu, diz o seguinte: "Como é que desde 2006 o Samu funcionava bem e atendia bem e agora dizem que não é possível, de uns dias para cá, acabar com o serviço terceirizado e voltar ao que era antes?"

Essa empresa terceirizada reduziu em quase 300 os funcionários que atendiam à população nas emergências e urgências do Samu. E essa redução de custo e esse enxugamento significa não atender devidamente à população. Até mesmo porque essa empresa terceirizada criou critérios próprios para atender à comunidade, ou seja, que em determinadas circunstâncias o Samu não pode atender.

Então, solicito que as entidades médicas deste país também se posicionem contra essa questão da terceirização do Samu, do jeito que está aí. Isso, sim, nós temos que fazer.

Faço esse debate com muita tranquilidade, porque estamos aqui já questionando a terceirização do Samu, já faz uns dois, três anos, não é de agora.

Finalmente, a Justiça tomou uma posição final, dizendo que ou o governo reassume a Samu ou vai ter uma multa diária de R\$ 50 mil, antes eram R\$ 10 mil, para dar enfim destinos efetivos e condizentes com a necessidade do povo catarinense. Senão, não adianta o tal pacto pela saúde, pagamentos por meritocracia, como foi anunciado hoje, mais trinta centavos por habitante para determinados programas, porque temos que contextualizar a saúde como um todo. E aí esperamos que o governo, efetivamente, tome posição na terceirização desse serviço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Peço a v. exa. que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

Antes, registro a presença do vereador Josué Pereira, da cidade de Camboriú. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Digital, pela TVAL e catarinenses aqui presentes, não tenho o hábito de ler discursos na tribuna, mas quando se trata de algo que tenho certeza de que vamos falar de história, e como é algo muito sério o que vou tratar aqui, vou pedir licença para ler algumas anotações que fiz.

A escola pública teve início, em Santa Catarina, em 1911, deputado Ismael dos Santos, na Escola de Ensino Básico Conselheiro Mafra.

Leio aqui um trecho retirado do Caderno Pedagógico de História da Educação, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, de 2011, que foi enviado pela equipe da Escola Conselheiro Mafra, para os senhores tomarem conhecimento da importância e do vanguardismo do governo da época.

(Passa a ler.)

"A história da Escola Conselheiro Mafra de Joinville diferencia-se das demais por ser o berço da educação pública no estado de Santa Catarina.

Em 1911, o governador Vidal Ramos convidou o professor paulista Orestes Guimarães para reorganizar a instrução pública em terras catarinenses, exercendo a função de inspetor-geral do ensino.

Segundo diagnóstico do próprio governante, a educação era o mais grave problema de Santa Catarina. Os imigrantes e seus descendentes cresciam, prosperavam e criavam escolas particulares, espalhadas pelas colônias do estado, muitas vezes financiadas total ou parcialmente por seu país de origem.

Preocupado com a integração dos imigrantes, o governador Vidal Ramos decidiu trabalhar exaustivamente na nacionalização do ensino no estado de Santa Catarina.

O primeiro grupo escolar foi organizado na cidade de Joinville, em 1911. Tratava-se da Escola Básica Conselheiro Mafra."

Resumindo, essa escola foi modelo para a implantação do sistema educacional público do estado de Santa Catarina, e por lá passaram ninguém menos do que o senador Carlos Gomes, o empresário João Hansen, fundador da Tigre S/A, Arnaldo Moreira Douat e talvez o nome de maior destaque das artes plásticas, o catarinense reconhecido no mundo inteiro, o artista plástico Juarez Machado.

São 102 anos de história!

Ao relatar isso, a impressão é que estou falando do centenário da escola e parabenizando, mas não é isso. Agora, essa escola que foi o berço da escola pública nacional em Santa Catarina pode deixar de funcionar, pois está interdita desde o começo do ano passado. Isso mesmo, está fechada desde o começo do ano passado.

A escola tinha 560 alunos matriculados, os quais foram distribuídos nas outras escolas.

Entendo o esforço de Santa Catarina para cumprir e tentar investir em cada uma das 295 cidades do estado. Mas quero alertar o governador Raimundo Colombo de que é preciso olhar com mais carinho para certas questões. Infelizmente, neste caso, a secretaria de Educação do estado não tem acertado o tempo todo e nem sempre toma as melhores decisões, como essa de fechar uma escola tradicional não só de Joinville, uma escola que representa para ao estado inteiro, digo mais uma vez, o berço da escola pública nacional em Santa Catarina.

Antes que digam alguma coisa, essa escola não vive só do passado, se bem que pelo passado que tem já merecia a sua preservação. A Escola Conselheiro Mafra é importante ainda nos dias de hoje, pois acolhe mais de 500 alunos e tem em média uma procura de 500 novos alunos todos os anos. Uma das justificativas para a sua desativação é que o colégio fica numa região sem demanda.

Pelo amor de Deus, srs. deputado! Uma escola que tem em média uma procura de 500 alunos novos por ano não há demanda? E mais importante do que isso é saber que a escola, por estar localizada na região central da cidade, é procurada por pais de bairros distantes, que precisam se locomover até o centro para trabalhar e já aproveitam para deixar os seus filhos.

Estou aqui usando a tribuna para pedir encarecidamente ao secretário de Educação e ao governador Raimundo Colombo que olhem com carinho para a Escola de Ensino Básico Conselheiro Mafra, por sua importância na história e por sua relevância na sociedade, ainda mais nos dias de hoje. São 102 anos de história. E há 102 anos o governador Vidal Ramos considerou a Educação o maior problema do estado. Passado um século, o governo do estado tem de novo o desafio de fazer pela Educação.

Sabemos que a Educação se faz com exemplos. Tomem, pois, uma medida exemplar, governador e secretário da Educação. Mantenham viva a memória da primeira escola pública de Santa Catarina; mantenham viva a sua capacidade de educar e formar grandes nomes para a nossa sociedade e não fechem e não acabem com a Escola Conselheiro Mafra, no centro de Joinville, que está interdita. E a outra parte onde funcionava o Centro de Educação Padre Carlos, onde muitas crianças passaram por lá, inclusive a minha filha, hoje é abrigo de mendigos. É uma vergonha.

Passe lá, deputado Taxista Voltolini, onde verá uma placa bem grande falando do centenário da escola, com o timbre do governo do estado, dizendo que vão construir, vão reformar,

revitalizar. Mas ao contrário, a secretaria do Desenvolvimento Regional fala em fechar a escola.

Os professores e os pais estão apavorados com essa atitude impensada do governo e da secretaria da Educação, que querem colocar abaixo uma história de 102 anos, sendo que a Escola Básica Conselheiro Mafra é o berço da educação pública nacionalizada aqui de Santa Catarina, porque até então as escolas eram particulares, financiadas em parte ou totalmente pelos países que tinham imigrantes aqui.

Isso é uma vergonha. E volto a dizer que isso não pode acontecer. Joinville não vai permitir que isso aconteça, pelo menos da minha parte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado ao Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário é destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham essa sessão, visitantes que estão aqui presentes, preciso fazer alguns registros. E o primeiro é sobre uma sessão especial acontecida ontem, em homenagem aos 30 anos da CUT, que mesmo que nem todos concordem o país é democrático e ninguém há de negar o papel fundamental que essa central fez no país, nos últimos 30 anos, na luta pela democratização, na luta pela conquista e defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Portanto, é uma história de luta que merece ser ressaltada, citada. E ontem vivemos aqui um belo momento, na homenagem à CUT, pelos 30 anos de existência, das suas histórias, das suas lutas, das suas conquistas e ainda das suas reivindicações.

Portanto, queremos fazer esse registro, neste horário destinado ao PT, nesta sessão.

Queríamos fazer uma referência à presença de dois ministros em Santa Catarina, nesta quinta e sexta-feira. Na sexta-feira, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, estará aqui presente, através da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional. Estará sendo promovida uma audiência pública para discutir os desastres naturais. A audiência será realizada às 9h e contará com a presença de parlamentares catarinenses e representantes da secretaria de Defesa Civil, da Fatma e da sociedade civil.

Esse debate é importante, porque o estado acabou de passar por mais um momento com risco de inundação, em função das fortes chuvas registradas a partir do dia 22 de agosto, quando novamente algumas cidades ficaram em alerta, principalmente no sul do estado. E têm sido frequentes os problemas relacionados às mudanças climáticas. Assim acredito que esse debate na sexta-feira será importante.

Outro evento importante a registrar é a presença da ministra Ideli Salvatti em Santa Catarina, mais especificamente em Joinville, para duas ações importantes. A primeira delas trata-se da liberação de recursos para o município de Joinville, para obras do Programa de Aceleração do Crescimento e para obras também de saneamento. Uma segunda questão fundamental é a visita da ministra ao campus da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quero citar o exemplo dessa visita, deputado Kennedy Nunes, para dizer do crescimento do ensino superior público e gratuito em Santa Catarina. A expansão da Universidade Federal de Santa Catarina é importante. Ela surgiu e ficou concentrada por anos em Florianópolis, mas agora temos a expansão para Joinville, Araranguá, Blumenau, que também está em fase bem adiantada. E somada também à criação da Universidade do Estado de Santa Catarina que hoje

tem campus em Chapecó, estamos lutando pela sua expansão também. Isso traz um fortalecimento importante para o ensino superior público e gratuito deste estado.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de cobrar da Udesc a sua expansão também. Há uma promessa de muito tempo de que a Udesc iria se expandir, especialmente na região do meio-oeste. Anúncios foram feitos, fotografias foram batidas e havia a expectativa de que a Udesc seria instalada no meio-oeste. Mas até o presente momento isso não se concretizou. E não estamos vendo luz nos próximos períodos para que isso se concretize.

Então, gostaria de fazer um apelo à direção da Udesc e ao governo de estado, no sentido de que se pudesse tomar essa decisão definitivamente, porque há uma expectativa muito grande para a instalação de um campus da Universidade do Estado de Santa Catarina naquela região. Isso estaria complementando a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina, com o campus de Blumenau, com esse reforço em Joinville, com Araranguá e Curitiba e com a Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó, e a sua possível expansão, em Concórdia. Sem contar a presença que a Udesc já tem em alguns locais como Lages, que é importante e fundamental.

Amanhã, acontecerá uma audiência, em Palmitos, para discutir a questão da Udesc no município. Com isso teríamos uma rede de locais de ensino público e gratuito federal tão necessária e urgente para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, temos alguns assuntos importantes para registrar.

Gostaria de dizer que o governador Raimundo Colombo anunciou hoje um novo plano de gestão da saúde. Trata-se de uma gestão compartilhada, com a participação dos administradores, dos médicos, dos enfermeiros, dos sindicatos, fazendo a discussão do que efetivamente pode ser melhorado no estado de Santa Catarina. Esse plano foi coordenado com a participação de várias secretarias, sob a coordenação do secretário da Fazenda, sr. Antônio Gavazzoni.

São três medidas provisórias, uma delas vai instituir mecanismo para a produtividade médica no estado, no programa Proatividade, profissionalização, da gestão dos hospitais públicos estaduais, programa Progestão, institucionalização de mutirões permanentes, o Promutirão, e agilidade das compras efetuadas pela secretaria de Estado da Saúde.

A outra destina R\$ 0,30 mensais por habitante para que os municípios catarinenses ampliem a realização de consultas e exames de média complexidade.

A terceira medida provisória cria oito centrais reguladoras regionais para organizar as internações hospitalares, consultas e exames dos catarinenses usuários do SUS.

É fato que os problemas da saúde pública não são causados por falta de recurso, pois cada ano o governo investe mais na área. E o governo do estado de Santa Catarina tem investido na área da Saúde.

Também, aqui, em Santa Catarina, principalmente na maioria das cidades, não é a falta de médicos a causa dos transtornos, porque

de 2004 para cá o governo praticamente dobrou o efetivo, mas mesmo assim o número de atendimento por servidor caiu quase 40%.

Então, é preciso valorizar o servidor, para termos produtividade. Aumentou o número de servidores, mas reduziu a produtividade. Nós temos mais médicos, mais funcionários na Saúde, e o número de atendimento, o número de cirurgias reduziu.

Sabemos que os profissionais da Saúde são peças fundamentais na mudança do atual cenário e precisam ser valorizados. E é por meio da meritocracia e da profissionalização da gestão que a saúde pública de Santa Catarina voltará a ser referência positiva para o país. Disse tudo isso o secretário Antônio Gavazzoni, presidente do Comitê de Gestão Hospitalar, criado para efetivar as ações estabelecidas pelo plano. E já verificamos algumas mudanças, como no Hospital Celso Ramos, onde o número de pessoas aguardando cirurgia era muito grande. A emergência chegava a ficar com 80 pessoas nessa área, aguardando pela cirurgia. E com o aumento do número de salas cirúrgicas e do atendimento, hoje o hospital não conseguiu zerar, mas não encaminha mais o cidadão para a sua residência, para ficar esperando ser chamado para uma cirurgia, como as pessoas acabavam sendo tratadas e encaminhadas do modo que se encontravam para as suas residências, ou ficavam em macas nos corredores do hospital.

Assim, acreditamos na determinação do secretário Antônio Gavazzoni, da secretária da Saúde, e do secretário da Administração, pois todos estão imbuídos, por determinação do governador Raimundo Colombo, em resolver essa questão da saúde, agilizando os mutirões, a produtividade, fazendo com que a saúde em Santa Catarina volte a ser referência. Então, o projeto foi lançado, e temos que registrar o empenho do governador nessa questão.

Outro assunto que queremos abordar é relativo à educação, ao esporte de Santa Catarina. Nós aprovamos nesta Casa Legislativa um requerimento para a inclusão do jiu-jitsu como esporte nos Jogos Abertos de Santa Catarina. Houve uma tramitação nesse sentido via governo do estado, secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte e Fesporte. E recebemos a resposta onde a mesma, junto com a Federação Catarinense de Jiu-jitsu, está elaborando o projeto para a inclusão da modalidade nos jogos Abertos de Santa Catarina. Na primeira vez participará como esporte de apresentação e depois efetivamente será incluído como competição nos Jogos Abertos de Santa Catarina.

O jiu-jitsu é uma arte que busca o equilíbrio, o respeito e a formação da personalidade, que tem em Santa Catarina quase dez mil praticantes. Então, parabéns à equipe da Fesporte, pois conversamos com eles na abertura dos Jogos Abertos, em São Miguel d'Oeste. E esses encaminhamentos já foram conduzidos, no sentido de que o jiu-jitsu possa, a partir do próximo ano, fazer parte dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Recebemos, hoje, aqui, em nosso gabinete, a visita do presidente da Federação Catarinense de Motociclismo, para falar sobre os projetos para o estado de Santa Catarina. Veio juntamente com o meu filho, Rodrigo Eskudlark. Eles estão trabalhando na programação da 6ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Motocross, que deverá ter uma etapa no município de São José, de 13 a 15 de setembro deste ano. Portanto, fizeram tratativas com a prefeita Adeliana Dal Pont, o vice-prefeito José Natal Pereira. E com o apoio do governo do estado vão realizar esse evento.

O estado tem dado cobertura na prova internacional do campeonato mundial, realizado em Canelinha, em que houve a participação da

segurança pública, com toda a infraestrutura na saúde, com ambulâncias e helicóptero.

O local reuniu mais de 40 mil pessoas, segundo o Kiko Cidade, presidente da Federação Catarinense de Motocross. E isso serve de referência em nível mundial, pois as imagens do que Santa Catarina proporcionou naquele evento em questões de segurança são apresentadas em todos os lançamentos de eventos dessa modalidade, em nível mundial, com fotografias, vídeos, mostrando a estrutura que Santa Catarina deu.

Também estão montando essa estrutura para os dias de 13 a 15 de setembro, no município de São José, com a cobertura do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Civil.

Parabéns ao Edison Oliveira, ao Nino, ao Kiko Cidade e ao Rodrigo Eskudlark, que vieram trabalhar por esse projeto.

Quero registrar também a presença dos vereadores que estão participando de um curso e que estiveram, no dia de hoje, em nosso gabinete, o Marino, o Gabriel Selupe, do município de Itapiranga, o vereador Japonês, como é conhecido, o Olari e o prefeito André, do município de Águas de Chapecó, o vereador Leonir Tesck, do município de Campo Erê, o Márcio Bortolotto, o secretário de Esportes, nosso amigo Rui Mendonça, a equipe da Fundação Hospitalar do município de Cunha Porã, o Elói, a diretora Graziela, a contadora Dalva, que também participaram, assim como a equipe da secretaria de Desenvolvimento Regional do município de Maravilha, com a Iolanda e a Elaine, que também estiveram em meu gabinete.

Ouvi aqui a exposição do grande mestre e companheiro deputado Kennedy Nunes sobre a Escola Conselheiro Mafra de Joinville. Sei que somos saudosistas. E o deputado Kennedy Nunes com certeza conhece o município de Joinville mil vezes melhor do que eu. Admiro aquela cidade.

Mas só para registrar eu gostaria que mantivesse em pé, pelo resto da minha vida, o Grupo Escolar Almirante Barroso, onde me formei no Curso Primário. Tenho saudade da minha primeira professora. E esse colégio também deve ter lá em Canoinhas os seus 70 anos, no mínimo.

Quero registrar e entendo o que os moradores também querem, a comunidade quer, assim como a Associação de Pais e Professores, que o governo do estado tem destinado recursos para a construção de vários colégios no município de Joinville.

Foi apresentado um projeto em 2011, e houve uma reivindicação da comunidade, para a reforma do Colégio Celso Ramos, de Joinville, no bairro Bucarem. E o governo do estado anunciou agora R\$ 4,5 milhões para a reforma, para investimento no Colégio Celso Ramos de Joinville.

Ainda não há previsão para o começo da obra, já que o edital de licitação ainda está sendo elaborado. Mas o projeto já foi apresentado. E como dizem todos, sempre é aberta uma brecha para a esperança.

É uma escola que será revitalizada com paisagismo, ampliação de espaço, salas de aula com mais tecnologia, lousas digitais, tablets para os professores, e a expectativa é que o edital para definir a empresa que fará a reforma dessa escola seja imediato. Serão 22 salas de aula, laboratório de línguas, laboratório de Sociologia, Química e Física, quadra poliesportiva.

Então, espero que se encontre a melhor solução para a Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, de Joinville, mas quero registrar também os grandes investimentos do governo do nosso estado na área de Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência suspende a sessão até as 16h. Não há mais oradores inscritos para o horário dos Partidos Políticos, sendo que a sessão será reaberta na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)(Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0062/2013 e que o mesmo terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, outrossim, que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0038/2012, 0087/2013, 0135/2013, 0173/2013, 0175/2013, 0186/2013, 0227/2013, 0232/2013, 0237, 0248, 0260, 0266, 0267, 0273, 0278, 0290, 0291, 0296, 0298, 0309, 0312, 0325, 0333, 0362, 0373, 0374, 0375, 0380, 0381, 0386, 0401, 0406, 0410, 0445, 0458, 0465, 0466, 0472, 0496 e 0590/2013, todos de entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0213/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0275/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0340/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0344/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2013, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (desenvolvimento de atividades do Programa CVV de Prevenção do Suicídio).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0220/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis (atendimento à educação infantil).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0108/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública a Associação Amigos das Comunidades, de Herval d'Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0155/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Leão do Mar, 048-SC (Gelmar - 048), do município de Balneário Camboriú.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0176/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Fundação Angelino Rosa, com sede no município de Governador Celso Ramos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0256/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge II, de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0285/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Associação Viva Bicho de Proteção aos Animais, do município de Balneário Camboriú.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0239/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual do Zootecnista no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, com muita honra, registrar a presença do prefeito municipal de Araranguá, minha cidade, Sandro Maciel, acompanhado de dois secretários municipais, que nos dão a honra de sua presença neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s 0534/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0535/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0536/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0537/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos n.s 0916/2013 e 0917/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0918/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0919/2013 e 0920/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0921/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0922/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0923/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0924/2013 e 0925/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0926/2013 e 0927/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0928/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0086/2013, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviada ao comandante-geral da Polícia Militar e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, manifestando apoio às reivindicações salariais e melhorias nas condições de trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0087/2013, de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao ministro da Saúde, apelando pela implantação de um hospital-geral em Capivari de Baixo, que possibilite entre outros o atendimento ao setor de psiquiatria infantil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 088/2013, de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, no Congresso Nacional, apelando por medidas emergenciais para que seja anulada a portaria que fechou o posto da Anvisa, no aeroporto de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0084/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, ao governador do estado, solicitando informações referentes às obras de implantação e pavimentação da rodovia SC-122, em Rio Negrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, tínhamos em pauta, na tarde de hoje, o PLC que trata da remuneração dos servidores do Ministério Público estadual, mas infelizmente não conseguimos deliberar por falta de quórum qualificado. Há bastantes deputados em plenário, mas o número não foi suficiente para votar.

Quero saudar a presença aqui do sindicato dos servidores do Ministério Público deste estado e dizer que, pelo que percebo, suprimida aquela emenda que andava pairando no projeto, a proposta é consensual. Então, na minha avaliação, trata-se apenas de um tempo para que o projeto seja aprovado, e creio que não tem motivo para apreensões com relação a novas interrupções

do processo de tramitação desse projeto de lei complementar. E, na semana que vem, no dia que houver o quórum qualificado, votaremos esse projeto que é do anseio dos servidores do Ministério Público estadual.

Quero também fazer referência ao debate que está havendo sobre a remuneração dos servidores da Segurança Pública do estado de Santa Catarina, policiais militares e civis, bombeiros militares e servidores do Instituto-Geral de Perícia. Os servidores do sistema prisional já tiveram a negociação salarial com o governo, pouco tempo atrás, e nessa rodada não estão.

As propostas apresentadas pelo governo são de um prazo de pagamento absurdamente longo, extenso. Qualquer proposta que prevalecer o governo pretende pagar em três parcelas: a primeira em agosto de 2014, a segunda em agosto de 2015 e a última em dezembro de 2015. Portanto, são dois anos e meio para pagar.

Já se falava aqui, no governo anterior, e os deputados do PP faziam muita referência a isso, que o parcelamento que o governo Luiz Henrique da Silveira propunha para os servidores era mais elástico do que o das Casas Bahia. O deputado Kennedy Nunes apelidou de Magazine Luizão, porque tinha o prazo mais longo no parcelamento do incremento salarial dos servidores.

Temos agora outro governo, mas parece que os parcelamentos do aumento salarial ao invés de diminuir para um prazo mais curto alongaram-se para dois anos e meio. É mais da metade de um mandato de governador. Considerando que temos um ano e meio para terminar o mandato do atual governador, o governo está sugerindo que essa negociação salarial com os servidores da Segurança Pública seja paga no próximo mandato. Aliás, a maior parte desse incremento será pago no próximo mandato, porque nesse mandato será paga apenas uma primeira parcela, daqui a um ano, que vai ser a exatos dois meses da eleição de 2014.

Então, o governo do estado está fazendo negócio com os servidores da Segurança Pública, está negociando, para pagar em dois anos e meio, sendo que a única parcela deste mandato aconteceria a dois meses da eleição. E aí, se os servidores aceitam isso como possibilidade, toda negociação é possível.

As propostas apresentadas, pelo governo, para os servidores da Segurança Pública, especialmente para os militares estaduais, são: a criação da gratificação equivalente a 60% do vencimento básico que chamamos de soldo e um acréscimo de 30% da remuneração total a ser pago em dois em meio. Com certeza, se o governo tivesse mantido uma data base e feita a reposição do ano que passou, deste ano e dos dois próximos anos, teríamos o incremento salarial da mesma ordem ou parecido.

Outra proposta é o pagamento por subsídio, mudar a modalidade. Não temos mais soldo, não temos mais adicional de tempo de serviço, estímulo operacional. É o equivalente à hora extra mais adicional de permanência. Isso tudo acabaria. Assim teria um subsídio para todos os militares estaduais e uma indenização de atividade para aqueles que estivessem prontos para o serviço, em atividade e sem dispensa médica, para garantir, para manter a turma trabalhando. Essa é a intenção do governo na proposta do subsídio.

O que temos notado é que existe entre os praças, que é a categoria em que debatemos mais este assunto, porque dela faço parte e para cá vim com o objetivo de representá-la, é uma dúvida enorme com relação a isso. Porque para parte dos servidores a proposta de subsídio é um pouco mais interessante ou menos desinteressante do que a proposta da gratificação de 60%, que é mais interessante para alguns subgrupos, mesmo da categoria dos praças, e mais interessante para outros.

Então, existe uma enorme confusão, uma dificuldade de tomar uma posição com relação a isso, especialmente porque não existe proporcionalidade entre o maior e o menor salário. Nós teremos salário variando entre R\$ 4.500,00 e R\$ 26.000,00. E aí, quando se vê essas tabelas e avalia-se a partir delas, especialmente o pessoal que não está na base, porque é um soldado que está na base, que é a maioria, leva-se um espanto, porque fica uma proporção bastante diferenciada ou, permitam-me a redundância, uma proporção desproporcional.

Portanto, essas questões estão provocando bastante debate no interior da categoria, e a Aprasc e a diretoria têm discutido. Haverá assembleias regionais nas próximas semanas e depois em nível estadual, evidentemente, para refletir a nossa posição neste Parlamento. E naquilo que nos couber no debate com a categoria das autoridades do governo e do comando da Polícia Militar, evidentemente que se vai respeitar a posição e a opinião da maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim como a solidariedade aos demais servidores da Segurança Pública no estado.

O governo está negociando tudo para pagar no próximo mandato, ou para o próximo governo pagar, respeitando a autonomia do processo eleitoral em outubro do ano que vem, quando o povo catarinense voltará às urnas para dizer quem será o governador a partir de janeiro de 2015. Assim, o governo atual está negociando com todo mundo para dar uma primeira parcela de um terço de qualquer valor que seja discutido dois meses antes da eleição, jogando a maior parte para que o futuro governo pague, mesmo que seja a própria coligação governante a ganhar a eleição.

Então, fica um prazo largo, como nas Casas Colombo - não é mais Magazine Luizão, mas Casas Colombo - uma rede de lojas no estado catarinense. Ainda é mais largo o prazo de pagamento, mais extenso do que já o era no Magazine Luizão, no governo anterior.

Assim, continuaremos esse debate nos próximos dias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dado Cherm - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, conforme deu para perceber na leitura da ata, fui o último usar esta tribuna na tarde de ontem e estou sendo o primeiro a usar nesta manhã. E eu não sei se isso é bom, deputado Neodi Saretta, porque quem está mais na beirada de repente pode cair, especialmente na hora em que reprisamos as sessões e escolhe-se somente o miolo, tendo em vista o espaço mais limitado da nossa TVAL.

Mas quero fazer referência a um ponto que falei na tarde de ontem, ou seja, a negociação dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros com o governo do estado acerca da questão salarial. Evidentemente que numa proposta que busca mudar radicalmente a mobilidade da forma de pagamento dos vencimentos dos militares estaduais e dos outros servidores da Segurança Pública, há que se ter preocupação também com outros aspectos dos direitos desses servidores, como a não estagnação na carreira por mais de 20 anos, como tem acontecido até hoje, além, é claro, da jornada de trabalho, porque se adotarem o subsídio não cabe o pagamento de hora extra na modalidade de subsídio, e aí o governo aponta o banco de horas como solução.

Nós estamos preocupados porque podemos ter os nossos policiais e bombeiros trabalhando todas as sextas-feiras, todos os sábados e domingos, com a segunda-feira de folga, porque isso prejudica sobremaneira a sua vida social. Historicamente, quando não tínhamos uma lei sobre a jornada de trabalho, a vida social dos militares era muito mais precária, levando, inclusive, à desorganização familiar, à perda de referência com relação a um viver sadio em sociedade.

Por outro lado, é preciso frisar que para os praças a pressa neste momento é inimiga de uma boa negociação, porque há de se ter pressa quando se vai negociar alguma

coisa cujo resultado vai acontecer de forma imediata. E não é esse o presente caso, já que o governo diz que só poderá desembolsar qualquer coisa, em qualquer proposta discutida, em agosto do ano que vem, quer dizer daqui a um ano. Então, ter pressa para resolver uma situação como essa não é prudente, não é inteligente, ainda mais quando se tem muitas dúvidas acerca das propostas apresentadas, pois, como já disse, nenhuma delas agrada de forma uniforme o conjunto dos servidores da Segurança Pública. Nem mesmo dentro do segmento dos praças ou da base da Polícia Civil existe proposta que agrade uniformemente. Existem aspectos que favorecem mais quem está aposentado e outros que favorecem menos quem está aposentado e mais quem está na ativa.

Então, neste momento a pressa é uma péssima conselheira para os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e talvez para outros segmentos da Segurança Pública. Ter pressa para fechar uma negociação cujo resultado prático vai demorar um ano para acontecer, só se estiver muito claro que a negociação é muito boa, por isso vamos continuar debatendo, discutindo e trabalhando no sentido de melhorar as propostas.

Quero retomar também o tema de um acontecimento importante desta semana e que alguns deputados da Oposição registraram desta tribuna, que é a decisão judicial que determina, mais uma vez, que o governo do estado de Santa Catarina se abstenha de repassar recursos da secretaria da Saúde para a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -, que ganha dinheiro público para tomar conta pessimamente do Samu - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -, e do Hospital de Araranguá. Aliás, os vereadores de Araranguá, do partido governador, do PP, do PMDB e do PSDB, vieram a esta Assembleia na semana passada para dizer: "Comissão de Saúde, socorra-nos! A cidade e o povo de Araranguá não merecem ser mal atendidos, mal tratados, ignorados e humilhados por esse grupo privado que veio de São Paulo para sugar o nosso dinheiro e nos tratar de forma tão indigna".

Pois bem, o governo recorreu e o Tribunal de Justiça parece que deu mais uma embarrigada na coisa e disse que o governo pode continuar repassando dinheiro para a SPDM, no caso do Samu. Aliás, o Tribunal de Justiça tem sido eficiente em burlar as decisões do Supremo Tribunal Federal. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem sido eficiente em passar um verniz de legalidade sobre um assunto cujo miolo o Supremo Tribunal Federal já disse que é ilegal.

Houve uma decisão, deputado Neodi Saretta, do ministro Ayres Britto, que à época, inclusive, era o presidente do Supremo Tribunal Federal, dizendo que o estado de Santa Catarina não pode contratar essa organização social para tocar o Samu - o ministro Ayres Britto, que à época era o presidente. E isso foi aprovado, está decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Santa Catarina, que diz que respeita o estado democrático de direito, não deu bola para a decisão do Supremo e ficou mandando peças jurídicas para o TJ até que um desembargador iluminado conseguiu uma forma de dar uma decisão que permite ao governo de Santa Catarina desrespeitar o Supremo Tribunal Federal.

Mas isso não foi problema também, deputado Neodi Saretta e demais deputados, porque alguns meses depois eu recebi no meu gabinete, e creio que v.exas. receberam nos seus também, um convite do atual presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para uma sessão daquele tribunal em homenagem ao ministro Ayres Britto. Ou seja - e a expressão que me vem à mente, deputado Padre Pedro Baldissera, infelizmente não é conveniente que eu use nesta tribuna -, desrespeitaram a decisão do Supremo - essa é a expressão possível que me ocorre usar -, ofereceram uma condecoração ao ministro que foi desrespeitado e convidaram todos para jantar com ele.

Esse é o *modus operandi* dessa República? Aliás, com esse *modus operandi* não deveria ser chamada de República. Parece que estamos no período entre 1500 e 1822. Isso aqui é uma monarquia das mais atrasadas. É impossível acreditar porque qualquer juiz que assine qualquer coisa contra um sindicato, um movimento social, aquilo vale na hora. Mas infelizmente, qualquer decisão judicial que se refira à gloriosa Polícia Militar, da qual eu faço parte, é acatada na hora, ou até antes da decisão judicial.

Evidentemente caberia uma intervenção à luz da lei e à luz da Constituição que nos rege, se este país fosse uma república e não uma balbúrdia, um conluio de poderes com os interesses privados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, quero novamente trazer presente a esta tribuna algumas questões que dizem respeito à barragem de Abdon Batista, até pelo fato de que as coisas avançaram um pouco.

Na tarde de ontem estivemos reunidos, durante quase duas horas, no Ministério Público Federal com uma representação dos atingidos pela construção da barragem Garibaldi, no rio Canoas. Lá, o dr. Marcelo Mota, que é o procurador-chefe, atendeu-nos e ouviu pacientemente o relato das famílias atingidas, mais de 200, que não receberam e não estão incluídas nos pagamentos de indenização por parte da Triunfo, que é a empresa que construiu a referida barragem.

Quanto ao alegado erro de cálculo da extensão do alagamento existem várias interrogações: será que a empresa de fato errou no cálculo ou, de uma forma ou de outra, tentou enganar a Fatma e as famílias atingidas,

que perderam, inclusive suas plantações, pois tudo ficou debaixo d'água. Para chegar até suas casas as pessoas precisam pegar um barco e passar por dentro do lago. Isso sem falar nas centenas e centenas de araucárias que estão totalmente submersas, além de outras árvores nativas.

Outro fato que me causou espécie foi que as estradas novas feitas pela própria empresa ficaram submersas, assim como a nova rede elétrica da Celesc.

Tudo isso é um crime! É uma violência terrível contra aquelas famílias, contra aquela população! Mas percebemos que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina está mudo! Caminha para frente e para trás com os donos da empresa, fazendo de conta que desconhece a situação de desespero que mais de 200 famílias estão vivenciando dia a dia diante do capital. Infelizmente, em nome do capital estão perpetrando a desgraça de centenas de pessoas.

O Ministério Público Federal estará na região com uma equipe técnica verificando *in loco* a real situação, a fim de tomar as providências necessárias. Não dá mais ficar inerte diante do que o capital vem fazendo em nome do lucro! Além de tudo isso, até a própria Justiça - e achamos isso estranhamente engraçado - concedeu um interdito proibitório a fim de que o bispo dom Irineu Roque Scherer não se aproximasse a menos de 2.500m. Tudo isso porque ele assumiu a defesa das famílias injustiçadas, oprimidas, indefesas, que tiveram seus direitos violados. O descumprimento do interdito proibitório acarretará uma multa de R\$ 10 mil por dia. E, pior de tudo, o próprio Ministério Público Estadual colocou no interdito proibitório que, se necessário, fosse usada força policial contra as manifestações e a organização daquela gente.

É impressionante que mais uma vez o aparato estatal seja utilizado em prol do capital e não em defesa do cidadão, do ser humano, do injustiçado, que teve violados os seus direitos fundamentais! Espero que sejam tomadas as providências justas e necessárias em defesa daquela população desamparada, que se alimenta de uma perspectiva muito grande.

Antes de encerrar, sr. presidente, gostaríamos de dizer que já realizamos várias audiências com relação ao Conselho de Direitos Humanos. O projeto já tramita nesta Casa e esperamos que o mais brevemente possível ele seja apreciado e votado por este Plenário, uma vez que será uma grande ferramenta na defesa de direitos violados.

Além disso, estaremos hoje em Chapecó, deputado Neodi Saretta e deputada Ana Paula Lima, nossa líder, reunidos com várias lideranças ligadas à juventude, dando início à construção de debates sobre o referido conselho.

Já há sete audiências previstas, que serão coordenadas pela comissão de Legislação Participativa, que é o órgão apto a realizar os debates que se referem ao projeto de lei, no sentido de aperfeiçoá-lo. Estaremos, então, construindo todo um organograma de reuniões, de audiências para que possamos ter efetivamente uma grande parcela da juventude participando desse nesse debate e ajudando a construir o Conselho Estadual da Juventude.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a visita de alunos e professores da Escola Básica Professora Zulma de Souza Silva, de Blumenau,

e do vereador Abrahão Mussi, de Três Barras. Sejam todos bem-vindos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a visita de amigos de Celso Ramos e dos vereadores Eloir Rogério Pimel, Arno Adelar e Eliseu Alves da Silva, de Santa Terezinha do Progresso. Sejam bem-vindos à nossa Casa legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, nossa saudação aos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio AleSC Digital e aos que prestigiam esta sessão nesta manhã de quinta-feira.

Infelizmente, hoje é um dia triste para a democracia brasileira com a não cassação de um deputado que saiu literalmente de trás das grades para ir ao plenário e por 24 votos acabar safando-se de uma cassação. Triste para a história democrática deste país e para nós, parlamentares. Fica a esperança e a expectativa de uma nova geração de políticos comprometidos com a ética, com a moral, com princípios, com valores, a fim de que possamos exercer o nosso mandato de cabeça erguida, podendo sair nas ruas dizendo que vale a pena estar na política que é, na verdade, a arte de fazer o bem, a arte de governar e de liderar pessoas, a arte de encurtar distâncias, mas, acima de tudo, a arte da seriedade no trato da coisa pública. Que seja um capítulo passado e que de fato a borracha da democracia faça esquecer a triste novela a que assistimos ontem no Congresso Nacional.

Sr. presidente, ainda preciso repercutir a conquista desta semana, que foi o projeto Reviver. E ao fechar os comentários nesta Casa acerca do termo de compromisso que foi assinado entre o governo do estado, no comando a secretaria estadual de Assistência Social, e esta Casa, através da comissão de Combate às Drogas, gostaria de compartilhar com os telespectadores o depoimento a que tivemos a oportunidade de assistir no auditório Antonieta de Barros, na última terça-feira.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Esse jovem que ainda está no Centro Terapêutico Vida, em Blumenau, ganhou uma herança de R\$ 40 mil e em dois meses gastou tudo com *crack*. Hoje, após seis meses de casa, mostra a determinação de superar a dependência química e aí entra a importância do Reviver.

Gostaria de mostrar algumas imagens do evento que foi extremamente concorrido. E quero aqui mais uma vez agradecer a esta Casa; aos deputados que se fizeram presentes; aos membros da comissão, na pessoa da deputada Ana Paula Lima; às comunidades terapêuticas; à Universidade Federal de Santa Catarina; à Udesc; e ao grupo DTV, que entoou uma canção sensibilizando todos nós e que foi aplaudido de forma entusiástica.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Aí vemos a manifestação popular, os representantes do Conselho Estadual de Entorpecimento, o governador e o secretariado, que se fizeram presentes para a assinatura do protocolo.

Assim, gostaríamos apenas de colocar o que de fato esse programa poderá oferecer ao estado de Santa Catarina. Em síntese, estamos propondo o seguinte:

1. Diagnóstico da situação das comunidades terapêuticas;

2. Cadastramento dessas organizações (e hoje há em torno de 150 comunidades no estado);

3. Tipificação, classificação e readequação das organizações conforme dispõe a RDC n. 29, lei federal que estabelece as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

4. Capacitação de profissionais de comunidades terapêuticas (lembrando que 60% desses recursos deverão ser investidos em pessoal - psicólogos, médicos, assistentes sociais e psiquiatras - e 40% na manutenção das casas);

5. Elaboração e validação de protocolos de prevenção, acolhimento e tratamento;

6. Oferta de suporte/acolhimento de 1.200 dependentes químicos, sendo 900 maiores de 18 anos, no valor de R\$ 1.000,00 *per capita*, e 300 vagas para menores de 18 anos, no valor de R\$ 1.500,00 *per capita*.

Trata-se de uma produção tecnológica, algo inovador no Brasil, eu diria. Tive a oportunidade de conhecer trabalhos em Brasília, Minas Gerais e São Paulo, e eles não têm o que nós estamos propondo em Santa Catarina, levando a academia para junto das comunidades terapêuticas, inclusive com possibilidade de bolsas para graduandos, mestrandos e doutorandos.

Como disse, trata-se de uma verdadeira produção tecnológica informatizada de acompanhamento dessas casas, com validação desses protocolos de prevenção/acolhimento, com a perspectiva de termos um telefone 0800, para que qualquer mãe ou pai, de qualquer parte do estado, possa saber o que fazer quando se deparar com um parente, com um filho ou amigo dependente químico.

Vamos fazer um trabalho de pesquisa de avaliação do cuidar e principalmente da reinserção familiar e social, que é muito importante para que quando esse dependente químico sair, depois seis, sete, oito, nove meses do programa terapêutico, possa ser bem encaminhado. Teremos ainda a validação e implementação de um sistema de informação (banco de dados) de vulnerabilidade social com cadastro dos adictos; elaboração de material instrucional com cartilhas e a elaboração e validação de um portal de orientação/observatório sobre as políticas de drogas ilícitas.

Enfim, a proposta do Reviver está consubstanciada nessas ações e o programa se propõe de fato a dar atenção ao dependente químico, algo inédito, algo singular. Cerca de três mil vagas são oferecidas hoje pelas comunidades terapêuticas e o governo do estado se propõe a financiar pelo menos um terço dessas vagas, ou seja, mil vagas.

É um pequeno passo do ponto de vista estatístico, mas um gigantesco passo do ponto de vista social, em especial com relação às famílias e à segurança pública.

Nós dissemos na solenidade de assinatura desse termo de compromisso que de cada dez crimes cometidos em Santa Catarina, segundo a secretaria de Segurança Pública, pelo menos sete envolvem narcotráfico. Portanto, vamos parar de enxugar gelo, sim, e vamos dar uma resposta concreta à questão da segurança pública no estado, tirando esses jovens das ruas e dando-lhes um espaço acolhedor, um espaço onde de fato

possam dizer "não" às drogas e optar pela vida.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado, quero, em nome da bancada do PSDB e também em função da minha experiência na vida pública, quase 26 anos, parabenizá-lo pela maneira como tem conduzido a nossa comissão na busca de diminuir esse flagelo social que é a dependência das drogas, que acaba causando um transtorno muito forte às famílias. Hoje não há, praticamente, neste grande Brasil uma família que não tenha problema com algum tipo de dependência química, seja ela lícita ou ilícita.

Quero também, deputado, estender os meus cumprimentos ao secretário João Cândido da Silva e sua equipe, juntamente com o governador Raimundo Colombo, porque vejo algo palpável nesse sentido, já que é grande a dificuldade por que passam essas comunidades terapêuticas. Existe boa vontade das prefeituras em ceder profissionais, mas a manutenção não é fácil e v.exa. conseguiu um bom encaminhamento para essa questão.

Então, fica aqui a nossa gratidão a v.exa., ao secretário e ao governador.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, v.exa. também foi importante na construção desse projeto.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Ismael dos Santos, quero também parabenizá-lo pela persistência, pois acompanhamos o seu périplo em Brasília no início dos seus pleitos junto à Secretaria Nacional Antidrogas.

Eu fiquei mais de 30 anos na atividade policial e quando ocorria a prisão de um usuário de drogas, muitas vezes percebíamos que ele queria sair daquela situação e comovíamos-nos com o desespero da família, que não sabia para onde o encaminhar a fim de iniciar um tratamento. Na verdade, o estado muito pouco participa do processo de tratamento dos adictos. O atendimento é feito por clínicas que dependem da iniciativa de pessoas que foram beneficiados ou que tiveram alguém da família beneficiado. Nós ouvimos os depoimentos dos próprios monitores e instrutores, que são pessoas que conheceram o problema e que hoje se dedicam a ajudar aqueles que necessitam de apoio.

Assim, parabeno v.exa. por todo o excelente trabalho realizado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Portanto, nossa gratidão mais uma vez à imprensa, à mídia, ao governador do estado, a esta Casa e de fato vamos continuar de forma intensa e pontual nessa cruzada por uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência quer cumprimentar e dar as boas-vindas aos visitantes do município de Celso Ramos, nossa querida terra dos caminhoneiros e da cana: Deoni Tramontin, Sidnei de Souza e Juvelino Varela, que nos dão a honra de estar aqui conosco no dia de hoje. Sejam todos bem-vindos e sintam-se à vontade na Casa do Povo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados, sra. deputada, senhoras e senhores da imprensa, ouvi atentamente o discurso do deputado Ismael dos Santos, bem como os apertes dos colegas. Tive a oportunidade de estar na Casa quando foi lançado o programa de ajuda e combate às drogas. Eu não tenho nenhuma dúvida, deputado Ismael dos Santos, que essa é a pior doença da sociedade atual. Agradeço sempre a Deus de não ter nenhum filho ou familiar com problemas em relação a drogas.

Mas a verdade, sr. presidente, é que todos temos o dever de ajudar aqueles que têm esse terrível mal na família e acho que sem o envolvimento do poder público não vamos muito longe. Agora, com esse envolvimento, com a vontade de todos, tenho confiança de que poderemos diminuir esse mal que afeta a nossa população.

Nesta semana, deputado Aldo Schneider, aconteceram algumas coisas que nos comoveram e deram-nos a visão de que alguns programas estão caminhando. Ontem o governador esteve na Associação Médica Catarinense lançando o seu programa de saúde. Nessa semana houve diversos debates nesta Assembleia Legislativa, deputada Ana Paula Lima, questionando a vinda de médicos de outros países para trabalhar no Brasil.

Há poucos dias estive no município de Ponte Serrada e lá fiquei sabendo que a filha do ex-vice-prefeito havia recebido, deputado Neodi Saretta, seu primeiro salário como médica. O pai foi-me agradecer dizendo que a filha havia conseguido o título porque eu havia ajudado. Como não sou professor perguntei-lhe como havia contribuído, pois, no meu entendimento, o mérito fora dela, que conseguira um financiamento do Fies. Agora, o seu salário na pequena prefeitura de Passos Maia era de R\$ 17 mil. Perguntei à moça quanto ela gastara para pagar o financiamento. Ela me respondeu que ainda não começara a pagar, mas quando o fizesse seriam R\$ 1.500,00 por mês.

Estou dizendo isso porque imagino que se todos aqueles que quisessem, por exemplo, cursar Medicina, tivessem oportunidade de conseguir esse financiamento, deputado Aldo Schneider, certamente não precisaríamos ir buscar profissionais em outros países.

Não estou aqui criticando a atual presidente nem o ex-presidente Lula, porque essa situação vem de muitos anos. Se tivéssemos começado isso há alguns anos e estendéssemos essa oportunidade para mais pessoas, teríamos dentro do Brasil o número necessário de médicos para atender à nossa população. Mas enquanto não nos convenceremos de que a educação é uma mola mestra para o desenvolvimento, não construiremos um grande país. Eu digo sempre que sem alimento, sem saúde e sem educação ninguém tem uma vida digna e um país não chega a lugar algum.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Em primeiro lugar, os meus parabéns a essa garota que se formou em Medicina graças a um programa do governo federal, o Fies.

Mas quero, deputado Moacir Sopelsa, fazer um esclarecimento. O curso de Medicina dura seis anos e o governo federal, nos últimos dez

anos, abriu vários cursos federais nessa área porque realmente faltam profissionais médicos no Brasil. O que temos que entender é o seguinte: o programa Mais Médicos terá uma duração de três anos, período no qual se formarão muitos médicos no país, profissionais esses que, esperamos, fiquem trabalhando no Brasil.

Mas o que não podemos, deputado Moacir Sopelsa, é deixar a nossa população ficar sem atendimento médico no interior, porque há municípios pagando um salário de R\$ 25 mil e apesar disso não conseguem um profissional para trabalhar. A nossa população não pode esperar a formação desses profissionais, por isso o programa terá a duração de três anos, ao final dos quais os brasileiros que se formarem poderão ocupar esses espaços e atender à nossa população.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, entendo que precisamos atender à nossa população, mas estamos ainda muito longe de dar oportunidade às pessoas mais pobres de cursarem uma universidade.

Nós precisamos avançar mais, precisamos dar oportunidade para que as pessoas mais carentes tenham mais facilidade para se formar num curso superior. Por isso, o poder público precisa investir mais nessa área.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, com referência ao que o deputado Moacir Sopelsa acabou de falar, quero relatar desta tribuna um acontecimento ocorrido ontem, através de uma ação do gabinete do governador, do vice-governador e da secretária da Saúde, qual seja, o lançamento de três programas que visam a atacar de frente os problemas dos 14 hospitais gerenciados pelo governo do estado de Santa Catarina.

De tudo o que já ouvimos, diante de todo o clamor da sociedade catarinense, diante das grandes filas de espera para atendimento médico, diante das macas nos corredores dos hospitais, diante da falta de profissionais e de servidores para a área, esse parece ser o programa que vai equacionar o problema, porque integra à secretaria da Saúde as de Planejamento e Fazenda, conforme sinalizou ser a necessidade a consultora internacional contratada, Roland Berger, que apontou minuciosamente as dificuldades dos nossos 14 hospitais públicos estaduais, que no ano passado atenderam a mais de um milhão de pacientes, quando poderiam atender a 1,5 milhão se tivesse sido dado, por exemplo, estímulo aos servidores.

Então, estímulo aos servidores é o primeiro gargalo. Para que se dê estímulo aos servidores, é preciso implantar a meritocracia. E dentre as medidas provisórias ontem assinadas na Associação Catarinense de Medicina, MPs essas que logo apontarão na Casa do Povo de Santa Catarina para que nós, legisladores, possamos analisá-las e referendá-las ou não, destaco justamente aquela que implanta a meritocracia, a produtividade.

Na verdade, isso já existiu, e posso falar com propriedade porque moro na cidade de Ibirama, que tem um dos hospitais da rede do estado. Lá, quando os médicos recebiam pró-labore, não havia filas, não havia dificuldades no atendimento. No entanto, a partir do momento em que o Ministério Público acionou a secretaria de estado da Saúde, dizendo que os médicos não poderiam receber pró-labore, começou essa desgraça.

Então, ontem, após um grande debate, inclusive com o Ministério Público, chegamos ao entendimento de que precisamos voltar a remunerar os profissionais de saúde por aquilo que eles produzem.

E quero aqui, de forma ousada, dizer que o governador teve a coragem de implantar aquilo que pode resolver em parte o problema da saúde em Santa Catarina. Porque não se pode admitir que o hospital estadual da minha cidade, com mais de 200 funcionários, tenha somente 30% da taxa de ocupação. Aquele dinheiro é meu, é seu! Aquele dinheiro é daqueles que me estão ouvindo. Só que temos que criar estímulos para que as coisas funcionem. Há quatro anos há uma UTI pronta na cidade de Ibirama que não funciona porque não há corpo clínico! E não há não porque o governo não queira contratar profissionais, posto que já foram realizados quatro processos seletivos. A verdade é que não aparecem profissionais interessados. Por quê? Porque o salário é de R\$ 5 mil para atender a uma UTI.

Então, essa é a grande dificuldade que o governo tem. E acho que com esse projeto lançado ontem na Associação Catarinense de Medicina vamos, em parte, começar a resolver os problemas dos 14 hospitais públicos catarinenses.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Aldo Schneider, quero somar-me à sua manifestação e dizer que com essa atitude o governo do estado está fazendo valer a voz das ruas, a voz daquele povo que há poucos dias fazia o seu manifesto dizendo que está cansado do modelo de saúde que temos no país.

Todas essas iniciativas são plausíveis. Mas quero fazer referência a uma que não é a mais importante, mas é aquela que vai dar uma sobrevida aos hospitais dos pequenos municípios. Refiro-me à central de regulação.

Hoje existe a possibilidade de fazer cirurgias de alta complexidade em hospitais de referência do estado de Santa Catarina que, na verdade, encontram-se inchados por falta de leitos para a recuperação dos pacientes depois das cirurgias. Com essa central poder-se-á fazer a recondução desses pacientes a uma unidade hospitalar em um município próximo a esse centro, que fará a cirurgia de alta complexidade. Com isso se vai otimizar o espaço físico que esses hospitais têm e que está ocioso, habilitando-os a ter acesso aos recursos do SUS e até mesmo possibilitando que o governo do estado ajude definitivamente a melhorar a situação caótica em que vivem.

Muito obrigado pelo espaço, deputado!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu agradeço o seu aparte e incorporo-o à minha manifestação.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que na semana que vem traremos para a Casa do Povo de Santa Catarina, com detalhes, o programa que foi lançado ontem através de medidas provisórias.

Logicamente que temos que levar ao conhecimento dos catarinenses aquilo que estamos fazendo. Até porque em qualquer pesquisa de opinião pública de qualquer governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal, o primeiro problema que a sociedade brasileira aponta como dificuldade na sua vida é a saúde.

Então, com essas atitudes na nossa rede hospitalar talvez possamos sair vanguarda em nível nacional, no sentido de estimular os

nossos servidores através de uma remuneração mais digna, a fim de que eles efetivamente possam atender à sociedade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, sra. deputada Angela Albino, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital!

Quero lembrar que ainda estamos coletando as assinaturas para a CPI da Celesc. Já estamos, hoje, com nove assinaturas e estamos esperando a resposta de diversos parlamentares de bancadas de partidos que têm assento nesta Casa para conseguir fazer a investigação necessária.

Hoje mesmo, srs. parlamentares e sra. deputada, os jornais de circulação estadual já trazem matérias sobre a Celesc dizendo que a Aneel apontou um desequilíbrio econômico-financeiro e que a concessão está ameaçada.

Dessa forma, este Parlamento não pode ficar de olhos fechados para essa situação que é emergente e que atinge todos os catarinenses. Precisamos fazer as investigações necessárias para que os culpados sejam responsabilizados por esses atos que estão acontecendo na Celesc.

Nós verificamos que ultimamente, principalmente no horário nobre da nossa televisão, a Celesc tem feito uma propaganda grandiosa. Só que o que está acontecendo dentro da Celesc precisa ser investigado, pois há risco de a Aneel cancelar a concessão para a empresa catarinense.

Então, estamos na coleta dessas assinaturas. Por favor, que nas reuniões de bancada assumam essa responsabilidade e que sinalizem para que isso possa acontecer porque não estamos aqui a julgar ninguém, queremos é esclarecer os fatos.

Outro assunto que trago dentro do horário do nosso partido, srs. parlamentares, é que no dia de ontem, o PT, juntamente com o PDT, com o PSD e com o PCdoB, apresentou as assinaturas necessárias para a viabilização de um plebiscito nacional sobre a reforma política, posto que pesquisas recentes apontam - e a última foi divulgada pelo Ibope - que 85% dos brasileiros são a favor da reforma política e 92% querem que as mudanças aconteçam já para as próximas eleições.

Estamos convencidos da necessidade de mudar a legislação que rege as eleições. Esse é um pedido da nossa população, é isso que apontam as pesquisas, porque esse é um dos maiores gargalos da nossa democracia. E nada mais oportuno historicamente do que o Congresso Nacional fazer a reforma política pelo mecanismo mais eficiente e democrático, que é o plebiscito.

Nossa solidariedade à presidenta Dilma, que já fez menção à necessidade de um plebiscito, a fim de consultar a população sobre o que ela efetivamente quer para as próximas eleições. E isso ficou muito claro durante as últimas manifestações populares nas ruas deste país.

Daí a razão do nosso esforço para a coleta de assinaturas, que representa uma vitória do trabalho conjunto dos partidos aliados, uma conquista do nosso povo, já que ninguém pode desconhecer o sentimento exposto nas ruas sobre a crise na representação política, que expôs a necessidade urgente de uma reforma política no Brasil.

Após um ato público, líderes e presidentes de partidos protocolaram um projeto e entregaram uma cópia ao presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte. Eles pretendem também entregar uma cópia desse projeto de realização de um plebiscito à presidenta Dilma, projeto este que contém cinco perguntas a serem feitas à nossa população. Três são relativas ao financiamento de campanhas eleitorais e as outras duas referem-se à participação popular via internet.

São as seguintes, srs. parlamentares, as perguntas constantes do projeto em tela:

✓ Você concorda que as empresas façam doações para as campanhas eleitorais?

✓ Você concorda que as pessoas físicas façam doações para as campanhas eleitorais?

✓ Você concorda que o financiamento das campanhas eleitorais deva ser exclusivamente público?

✓ Você concorda que a população participe opinando através da internet quanto à apresentação de propostas da emenda constitucional, projetos de lei complementar e projetos de lei ordinária?

✓ Você concorda que as eleições para presidente, governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores devam ser realizadas no mesmo ano?

Essa é consulta que queremos fazer, a fim de que a população se posicione sobre a reforma política em nosso país.

Nós somos a favor da democracia, da participação popular. Chegou a hora, srs. parlamentares, de mostrarmos para o nosso povo o que pensa sobre os partidos brasileiros. Quais são os partidos que são contra a participação popular, os mesmos que se beneficiam desse sistema que corrompe a política e os políticos.

Eu defendo os políticos, os bons políticos. Defendo que tudo passa pela política, que a política é algo bom. O que nós temos que exterminar são os maus políticos. Por isso a reforma política é urgente e necessária. A nossa democracia anseia por mudanças, por um sistema que permita a participação da sociedade, o fortalecimento dos partidos políticos, justamente através de mudanças no financiamento de campanhas eleitorais.

É por isto que se faz necessário esse plebiscito, para que a nossa população possa responder a essas cinco perguntas.

Vamos fazer esse debate, acredito que somente com a mobilização da nossa sociedade, com a pressão popular, faremos a melhor reforma para o nosso país, a reforma que precisamos. É preciso que o Congresso Nacional, que todos os partidos políticos entendam a necessidade da reforma política. E o plebiscito, acreditem, é o melhor caminho. Quem é a favor vai apresentar à sociedade os seus argumentos e quem é contra também poderá fazê-lo. À população, através do voto, caberá decidir os rumos da reforma política.

Quero ainda, no horário do nosso partido, destacar, deputada Angela Albino - e v.exa. já se manifestou a respeito -, a sessão solene ocorrida no Congresso Nacional com a participação da nossa presidenta Dilma Rousseff, em comemoração aos sete anos da Lei Maria da Penha. Na ocasião, a presidente recebeu o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher, que apurou que 92 mulheres foram assassinadas vítimas de violência nos últimos dez anos em nosso país.

A respeito, disse o seguinte a presidenta Dilma Rousseff em seu discurso: "Meu governo é defensor intransigente da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Mais que uma bandeira, essa igualdade é uma necessidade estratégica do país e honra homens e mulheres. E essa igualdade, nós sabemos, concretizar-se-á em toda sua integralidade quando homens e mulheres, juntos, tiverem tolerância zero com a violência.”

É isso que desejamos! Queremos também que o governo federal tenha recursos e políticas públicas à disposição dos estados e dos municípios de enfrentamento à violência.

Hoje à tarde, srs. parlamentares, estaremos recebendo neste Parlamento a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional sobre o Abuso Sexual Infanto-Juvenil. Não podemos dizer que no estado de Santa Catarina isso não acontece. Acontece! E acontece muito em nosso estado, infelizmente.

Essa audiência pública, srs. deputados e sr. presidente, que vai acontecer no plenarinho desta Casa, terá a participação da CPMI para buscar informações sobre a realidade do nosso estado. Estaremos participando, pois queremos mais uma vez denunciar a absoluta ausência de políticas públicas do governo do estado de proteção à infância e à adolescência.

Aproveito a oportunidade para convidar todos os deputados e deputadas desta Casa para participarem dessa audiência pública, às 14h, no plenarinho.

Era isso o que tínhamos para relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente deputado Romildo Titon, colegas deputados, deputadas e todos que acompanham a nossa sessão.

Venho à tribuna para, inicialmente, expressar os meus cumprimentos ao deputado Ismael dos Santos por estar liderando a frente antidrogas, que ontem realizou um ato importante, no momento em que foi oficialmente assinada uma parceria com o governo do estado. Com certeza essa parceria representa um novo alento às entidades que ao longo dos anos vêm trabalhando e lutando de forma solitária e solidária, no sentido de atender e dar tratamento às pessoas portadoras de dependência química.

Todos nós sabemos como isso está alastrando-se entre os jovens e adultos, sendo um dos grandes problemas sociais no país nos dias de hoje.

Eu presidi a comissão de Segurança Pública no ano passado, através da qual realizamos dez audiências públicas no estado, a fim de fazer um grande diagnóstico da questão da segurança. Em todas elas se constatou que o aumento da criminalidade está relacionado ao uso e à venda de drogas. Em Santa Catarina 80% ou mais dos crimes praticados estão relacionados ao uso e ao tráfico de drogas. Esse é um índice que independe do tamanho dos municípios, pequenos, médios ou grandes.

Mas o assunto que trago à tribuna no horário do meu partido é a minha participação, no final de semana, na cidade de Barretos, no encontro do PSDB de São Paulo e Minas Gerais, com a presença do nosso senador Aécio Neves e de muitas lideranças políticas, como prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e dirigentes partidários. Todos se reuniram no sentido de buscar um novo rumo para o PSDB,

especialmente para as eleições nacionais do ano que vem.

Sai de lá muito entusiasmado porque o senador Aécio Neves se mostrou muito focado no principal problema deste país. Não é só da reforma política e do Código Penal que a nação precisa, a grande prioridade é a reforma fiscal, a reforma tributária. Só ela poderá dar aos municípios recursos para se desenvolverem, já que hoje 70% da arrecadação deste país estão nas mãos do governo federal, 19% estão nas mãos dos estados e apenas 11% nas mãos dos pobres e falidos municípios, excetuando-se, é claro, aqueles que têm receita própria proveniente dos *royalties* e do IPTU.

Enfim, todos os municípios estão falidos. Seus recursos estão assim comprometidos: 45% são gastos com a folha de pessoal, 25%, com a educação e 15%, com a saúde. Só aí já se vão 85% dos recursos do município, sobrando somente 15% para todas as outras demandas existentes, inclusive na área social, onde existem programas que têm que ser custeados por eles.

O que acontece então? Como não há recursos próprios para atender às demandas sociais, os prefeitos têm que correr de pires na mão para os estados e para o governo federal. Aí, sim, vem a famosa emenda, que todos pensam ser o canal que resolve os problemas tanto dos municípios quanto dos estados.

A consciência dessa situação é que levou o senador Aécio Neves a focar sua prioridade como possível candidato à Presidência da República na reforma fiscal e tributária. Todos sabem que o sistema federativo do Brasil é uma falácia, não existe, os estados e municípios estão cada vez mais dependentes dos recursos do governo federal. Prova disso é um fato que ocorreu recentemente, quando o governo federal apresentou como uma grande solução para os municípios do nosso estado a entrega de uma retroescavadeira hidráulica. E apresentou isso como uma grande ação política, no sentido de mostrar que o governo federal está presente para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Ora, talvez muitos se lembrem de uma ação semelhante ocorrida há 30 anos, quando o então governador de São Paulo, Paulo Maluf, entregou uma ambulância a cada um dos municípios brasileiros, como se fosse uma ação capaz de resolver o problema da saúde no Brasil.

O senador apresentou ainda um dado importante: à época do governo do PSDB, o governo federal participava com quase 57% dos recursos que se investia na saúde do país. Hoje, apesar do aumento da arrecadação, o governo federal participa com apenas 43%. Ou seja, os restantes 57% são recursos que provêm dos municípios e dos estados.

Na segurança acontece o mesmo. O governo federal era responsável por mais de 53% dos recursos investidos. Hoje gasta apenas 33%. O governo federal diminuiu os investimentos na área de segurança e jogou a responsabilidade para os municípios e estados que, com os poucos recursos que possuem, ainda têm que fazer frente a essa grande demanda. Em qualquer pesquisa de opinião pública fica claro que as maiores preocupações da população são a saúde e a segurança. Mas o governo federal encolheu a sua participação financeira justamente nas duas áreas.

Qual, então, a proposta de Aécio Neves? A inversão dessa ordem de prioridade, para que o país volte a ter um sistema federativo atuante, um sistema federativo que dê aos municípios e aos estados os recursos que eles precisam e aos quais têm direito.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Queremos registrar a presença dos alunos do 4º e 5º anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alto Luís Alves, de Massaranduba, que nos honram com sua visita. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje, 29 de agosto, é o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, um dia que foi criado em particular para discutir a questão específica das mulheres lésbicas.

Nós aproveitamos este momento para parabenizar o governo do estado por haver remetido a esta Casa o projeto que cria o Conselho Estadual de Direitos LGVT, que tramita na comissão de Justiça e do qual pedimos vistas em função de alguns pontos com os quais temos o desejo de contribuir, na medida em que assim foi pedido por vários integrantes de movimentos que defendem os direitos humanos.

Sr. presidente, gostaria de informar a todos que, na manhã de hoje, apresentei uma proposição na forma de manifestação de repúdio pelas reiteradas recusas do promotor de Justiça Henrique Limongi, do Ministério Público de Santa Catarina, mais precisamente da comarca da capital, em reconhecer, no exercício de suas funções, o direito já consolidado pelos tribunais à união homoafetiva.

O Supremo Tribunal Federal, já dando uma interpretação contemporânea sobre os dispositivos constitucionais de como é formado da família no Brasil, reconheceu o direito das pessoas que amam pessoas do mesmo sexo de terem acesso à união civil. Mas às vezes isso vira uma confusão, porque algumas pessoas dizem que agora vão obrigar. Não é nada disso! Trata-se apenas de reconhecer o direito! Aliás, é bom que se diga que no estado laico são garantidas as preferências religiosas, sexuais, raciais.

Nessa medida, quando o promotor Henrique Limongi nega reiteradas vezes o que o STF já reconheceu, não somente fere o direito constitucional assegurado para uma parcela da população, mas também onera desnecessariamente o Judiciário de Santa Catarina.

Muito obrigada, doutor Henrique, mas o Judiciário não precisa que v.ex.a. coloque suas preferências pessoais a serviço de suas crenças, entupindo com isso os seus escaninhos. Se o Supremo já confirmou, é de bom senso que não se questione novamente, porque senão vamos entupir o Judiciário para reconhecer um direito que, em última instância, todos sabem, a Justiça de todos os estados brasileiros reconhece.

De outro horizonte, aproveitando também porque é uma data que toca a questão das mulheres, gostaria de compartilhar a preocupação e a manifestação da deputada Ana Paula Lima acerca da entrega da CPMI.

Deputada Ana Paula Lima, eu sei que v.ex.a., como muitas feministas que trabalham no seu gabinete, já levantou uma série de recomendações feitas ao estado de Santa Catarina, que eu vou evitar de ler agora porque o tempo está escasso, mas que envolvem o Poder Executivo do estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Tenho a convicção, deputada, de que a nossa bancada poderia promover um seminário sobre esses apontamentos da CPMI

e, a partir deles, chamar o Ministério Público, o governo do estado e o Poder Judiciário para propormos um aspecto novo para o combate à violência contra as mulheres em Santa Catarina, que ainda se ressentem da ausência de uma série de mecanismos, particularmente o regular funcionamento da Defensoria Pública e delegacias de mulheres em número suficiente para atender à demanda feminina. Faltam também casas de referência no combate à violência, em particular esse novo modelo que a Secretaria Nacional de Promoção de Políticas para as Mulheres tem estimulado, que é a Casa da Mulher Brasileira, que é um centro de referência que tem dinheiro do governo federal e que precisa apenas que o governo do estado se articule em torno disso. E a bancada feminina da Assembleia Legislativa, independentemente de bandeira política, será parceira do governo para construir esse novo tempo.

Por fim, srs. parlamentares, quero lembrar que a partir do dia 02 teremos o início das atividades da semana que há de lembrar os 40 anos do desaparecimento do deputado Paulo Stuart Wright, cassado por essa Casa durante o período da ditadura militar.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0049/2013, 0066/2013, 0099/2013, 0205/2013, 0211/2013, 0218/2013, 0223/2012, 0235/2013, 0274/2013, 0283/2013, 0315/2013, 0317/2013, 0332/2013, 0337/2013, 0338/2013, 0345/2013, 0353/2013, 0358/2013, 0360/2013, 0368/2013, 0371/2013, 0382/2013, 0401/2012, 0403/2013, 0404/2013, 0405/2013, 0412/2012, 0413/2013, 0442/2013, 0455/2013, 0463/2013, 0476/2013, 0479/2013, 0555/2013, 0557/2013, 0561/2013, 0566/2013, 0574/2013, 0582/2013, 0645/2012, 0654/2012.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0108/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0133/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0155/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0176/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0220/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0256/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0285/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0538/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0929/2013, 0930/2013, 0931/2013, 0932/2013, 0933/2013, 0934/2013 e 0935/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção n. 0089/2013, de autoria da Angela Albino, a ser enviado ao procurador-geral de Justiça, ao corregedor-geral do Ministério Público e aos membros do Conselho Nacional de Justiça, manifestando repúdio pelas reiteradas recusas do promotor Henrique Limongi, da comarca da capital, em reconhecer no exercício de suas funções o direito já consolidado pelos tribunais à união homoafetiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, amanhã, às 9h, o plenário da Assembleia Legislativa vai receber a comissão permanente do Congresso Nacional que vem falar sobre as mudanças climáticas e que vem realizando audiências públicas regionais sobre os desastres naturais.

A comissão terá a condução da senadora Vanessa Graziotin, do PCdoB do estado do Amazonas, e a audiência contará com a presença do ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, do relator, deputado federal José Sarney Filho, e do senador Fernando Ferro, além de várias autoridades estaduais.

Sr. presidente, é bom que se registre que apesar de ter apenas 1,2% do território nacional, Santa Catarina registra em média 13% de todos os desastres naturais ocorridos no Brasil e está em 3º lugar no ranking nacional em ocorrência de enchentes, ressacas, estiagens etc. Nos últimos dez anos os registros de desastres cresceram 71,61% em Santa Catarina, considerando o espaço de tempo entre 2000 e 2010.

Portanto, fica aqui o meu convite a toda população e em particular os parlamentares, para participarem desse evento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, no próximo dia 02 de setembro, segunda-feira, a cidade de Blumenau

completará 163 anos de fundação. Assim, quero parabenizar toda a nossa gente, os que nasceram na cidade, os que foram adotados por ela cidade, os que a construíram e os que a tornaram importante para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está registrado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de falar sobre a redução da maioridade penal, até porque acompanhei pelo jornal *Diarinho*, do município de Itajaí, que menores do centro de internação daquela cidade renderam, cortaram e quase deceparam a orelha de um monitor.

A sociedade, quando acontece um crime de maior repercussão praticado por menores, volta a discutir a redução da maioridade penal. E realmente acho muito importante discutirmos esse tema.

Saúdo com muita alegria o ex-deputado Julio Teixeira, meu colega delegado, que vejo aqui no plenário.

Existem quatro projetos na Câmara dos Deputados propondo a redução da maioridade penal para 16 anos e um pedindo a redução para 13 anos.

Existem muitas discussões a respeito, são feitas muitas pesquisas e através delas a sociedade tem-se mostrado favorável à redução da maioridade penal, porque não concorda que a menoridade se torne um incentivo à criminalidade.

O jovem que já tem conhecimento dos seus direitos e responsabilidades deve responder pelos seus atos. Isso está claro para todos. Além disso, nos dias de hoje uma criança de 12, 13 anos já conhece tudo, conhece a internet, sabe o que é certo e o que é errado. Não queremos levar isso ao extremo, mas entendemos que a partir dos 16 anos deve haver responsabilidade penal, assim como entendo que a guarda e a recuperação dos envolvidos em crimes não deve ser nos presídios que temos, porque eles não recuperam ninguém, só servem para conter aqueles que estão agindo em desacordo com a sociedade.

Tivemos um debate esta semana sobre esse assunto e verificamos que deve haver um aumento de vagas no sistema prisional, mas principalmente para internação de menores, pois o Judiciário e o Ministério Público acabam ficando sem opção.

Mudando de assunto, sr. presidente, acompanhei pela imprensa a votação, na Câmara dos Deputados, da cassação do deputado federal Natan Donadon, que acabou não ocorrendo. Eu achei um absurdo, sr. presidente, ele saiu do presídio algemado, foi à tribuna da Câmara dos Deputados, discursou para dizer que era inocente e que não podia ser cassado. Esse deputado já está condenado, já está cumprindo pena, é culpado pelo desvio de R\$ 8,4 milhões! Contudo, a ausência de muitos deputados na hora da votação acabou propiciando a manutenção do seu mandato. Foram 233 votos favoráveis à cassação, faltaram em torno de 30 votos. Então, o deputado Natan Donadon saiu da Câmara Federal e voltou para o presídio para cumprir sua pena. Isso a sociedade não aceita, nenhum de nós aceita. Faltaram muitos deputados à votação. O presidente da Câmara dos Deputados estendeu o horário para a votação, mas deputados de alguns partidos não se fizeram presentes.

Qual foi a alternativa, então, encontrada pela Câmara Federal para

solucionar o impasse? Afastar temporariamente o deputado Natan Donadon e dar posse ao suplente até que a situação seja resolvida.

Então, se queremos a redução da maioria penal, não podemos aceitar tal tipo de prática na esfera política, como o caso do deputado federal Natan Donadon.

Há mais um assunto, sr. presidente, que gostaria de abordar e que já foi pauta de vários deputados nesta tribuna. Refiro-me ao lançamento, pelo governador Raimundo Colombo, do plano Gestão para a Saúde.

Eu preparei uma matéria para falar, mas li uma reportagem no jornal da RBS dando sua opinião sobre esse tema e fazendo uma síntese sobre o que o estado está buscando. E o que estamos buscando? Por que gestão para a saúde pública do estado de Santa Catarina? Porque a saúde precisa de gerenciamento, de investimentos.

Pois bem, o governo vai investir só neste ano R\$ 2,1 bilhões na saúde do estado de Santa Catarina. E o que vemos? Filas para cirurgias, demora no atendimento e "ambulancioterapia". Então, tem que haver uma forma melhor de administrar esses recursos. Não adianta o governo colocar os recursos se não houver gerenciamento.

O governo do estado de Santa Catarina contratou 938 técnicos de enfermagem, 486 médicos, 266 enfermeiros, 179 técnicos de administração e 243 outros servidores para a saúde, totalizando 2.112 servidores. Apesar de tudo isso os resultados não aparecem.

Portanto, o governo do estado, por determinação do governador Raimundo Colombo e com a gestão da secretária da Saúde; do secretário da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni; e do secretário da Administração, Derly Massaud de Anuniação, está implantando um novo modelo de gestão para conseguir resultados.

Vou citar alguns trechos da opinião da RBS:

(Passa a ler.)

"Uma gestão profissional da Saúde, tendo a meritocracia como uma das palavras-chaves" [...].

Fazer valer o profissional que trabalha e que se empenha. Hoje o que essa gestão viu? Viu que durante a semana os hospitais estão superlotados e que no final de semana estão vazios. Então, é preciso fazer mutirão no final de semana para atender àquela demanda que fica parada nos hospitais esperando para fazer as cirurgias e ter os atendimentos. É preciso encontrar a forma para resolver essa questão.

(Continua lendo.)

"Os textos instituem mecanismos para aumentar a produtividade médica, destinam dinheiro para que os municípios possam ampliar atendimentos de média complexidade" [...].sic]

Porque se não for grave e se uma ambulância não precisar sair do interior do estado para vir até a capital, fazendo mais de 1.000km para trazer um doente, tem que incentivar e dar recursos para que os próprios municípios façam esse atendimento.

Mas quero parabenizar o governo e as secretarias por essa busca de uma solução, tentando fazer com que o sistema de saúde no estado de Santa Catarina, que segundo a consultoria já é um dos melhores do país - mas nós sabemos que tem muitos problemas -, venha a funcionar e ter um resultado efetivo para o bem de toda a coletividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador

inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, visitantes que nos prestigiam com sua presença na manhã de hoje, queremos deixar registradas algumas ações nas quais, evidentemente, estamos trabalhando no sul do estado, na questão do Hospital Regional de Araranguá.

O Hospital Regional de Araranguá foi entregue à sociedade há aproximadamente 26 anos, pois na época em que fui prefeito havia apenas o Hospital Bom Pastor. Para credenciar o hospital regional tivemos que descredenciar o Hospital Bom Pastor, uma vez que o hospital regional viria a ter um papel fundamental na saúde do vale do Araranguá.

A verdade, entretanto, é que nesses vinte e poucos anos ele nunca prestou um trabalho como hospital regional. Por mais que eu lutasse para ver o envolvimento dos prefeitos dos 15 municípios, das secretarias de Saúde dos 15 municípios, nunca obtive o sucesso que desejava.

Quando Antônio Carlos Konder Reis assumiu o governo fez um projeto para esta Casa aprovar entregando três hospitais de Santa Catarina para entidades de São Paulo por 30 anos. Um era o hospital de Itajaí, o segundo eu não me recordo e o terceiro era o Hospital Regional de Araranguá. Eu rapidamente fiz uma emenda e tirei o nosso hospital daquele projeto que queria entregá-lo a uma universidade, não dizia qual.

Assumi então a Unesc, que prestou um trabalho regular. Não foi um trabalho de ponta porque a Unesc criou o curso de Medicina em Criciúma e não em Araranguá onde estava o hospital.

Mudou o reitor, que tinha um pensamento totalmente diferente e que queria continuar, mas o conselho da universidade não permitiu. Então saímos novamente em busca de entidades para administrar o Hospital Regional de Araranguá.

Hoje há um interesse muito grande para reverter esse processo. Com a primeira entidade que lá esteve houve aquelas denúncias e ela teve que sair. A segunda entidade também apresentou muitos problemas, pois é a mesma que está envolvida com os problemas do Samu.

O encaminhamento dado foi que conseguíssemos reunir as 15 secretarias municipais de Saúde, criássemos uma comissão para elaborar um projeto e o apresentássemos para a secretária Tânia Eberhardt e para seu secretário-adjunto, no sentido de que o Hospital Regional de Araranguá se tornasse um verdadeiro hospital regional, atendendo toda a região.

Hoje a comissão se reúne com a Câmara de Vereadores de Araranguá para mostrar o projeto. Nos próximos dias vamos entregá-lo à secretária Tânia e ao secretário-adjunto Acélio, pois realmente a comissão dos 15 municípios está decidida a transformar aquele hospital num hospital regional. Inclusive, a Associação Comercial também faz parte da comissão.

Posso dizer que com o esforço do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira está havendo uma mudança muito forte na área da saúde. O secretário-adjunto Acélio Casagrande, que já foi secretário de governo em Brasília, que já foi deputado federal, fez um excelente trabalho conseguindo um bom avanço no ministério de Saúde.

Nesse sentido, esperamos uma melhoria muito grande na área até porque o município, com 100 mil habitantes, irá receber

R\$ 33 mil a mais por mês para contratar médicos especialistas e funcionários. Foi para isso que trabalhei muito, que lutei até conseguirmos uma UTI neonatal. Temos dez leitos de UTI, vamos passar para 20 leitos de UTI e dez de UTI neonatal.

Tivemos uma audiência pública com a participação do deputado Jorge Boeira, do deputado Pedro Uczai, da reitora da Universidade Federal de Santa Catarina e conseguimos realizar o sonho de criar o curso de Medicina em Araranguá, com 30 vagas para 2016 e 30 vagas para 2017.

Mas o meu sonho ainda não foi realizado, que é transformar o hospital regional em um hospital universitário. Isso só ocorreria se a UFSC encampasse o Hospital Regional de Araranguá transformando-o em hospital universitário.

Alguns vereadores estiveram aqui para uma reunião com a comissão da Saúde, buscando uma alternativa, buscando um encaminhamento. Temos participado efetivamente e esperamos que nos próximos dias haja uma mudança radical com a participação dos secretários de Saúde do vale do Araranguá, porque hoje os pequenos hospitais estão todos com dificuldades.

Parece-me que está havendo alguma mudança importante para que possamos alcançar um grande objetivo. Continuo sonhando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero, inicialmente, cumprimentar a deputada federal Carmen Zanotto, que hoje chega a Florianópolis para uma audiência pública da CPMI do Congresso Nacional sobre a exploração sexual no Brasil, sobre quais medidas estão sendo tomadas em cada estado. Estão fazendo essa caminhada a todos os estados brasileiros e vieram ao nosso estado para saber o que fazer para prevenir, para evitar esse grande mal.

Então, quero aproveitar este momento para convidar todas as pessoas ligadas a esse problema. Já convidamos, mas quero reforçar o convite, o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, representado por Isa Maria Rosário de Andrade e pela secretária do conselho, professora Lídia Vargas. Também deve estar presente um representante da Vara da Infância e da Juventude, da Promotoria de Justiça, enfim, de todos os órgãos e entidades ligados à promoção da criança e da juventude, para fornecer dados reais e principalmente motivar toda a estrutura governamental e social existente.

Então, amanhã, às 9h, na Câmara Municipal de Joinville, a comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, presidida por este parlamentar, estará lá para a audiência pública e estamos convidando todos os deputados da região para comparecerem.

Nesta segunda-feira visitamos, em Joinville, a Casa de Semiliberdade para verificar o trabalho que está sendo feito. Tivemos contato com a coordenadora local, Fernanda Miller, e pudemos ver o que está sendo feito para reintegrar, ressocializar os jovens.

A ocasião comentamos alguns fatos sobre um fórum realizado aqui, promovido pela Vara da Infância e da Juventude, oportunidade em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais apresentou uma experiência que, quem sabe,

pode ser implantada em outros estados. De repente, essa experiência poderia começar justamente pela Casa de Semiliberdade de Joinville. Os internos poderiam, nos fins de semana, participar de festivais de música, de jogos de futebol, de sessões de cinema, o que tornaria o processo de ressocialização o mais próximo de uma família, porque a intenção não é somente penalizar, mas educar. O fato de terem que ficar lá, estudar, trabalhar, fazer um curso de qualificação, é uma forma de castigo, mas é também uma forma de ressocialização.

Por isso, na audiência pública que teremos amanhã é importante contarmos com a presença do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores de Joinville, do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar etc. Teremos um grande encontro para discutir o que se faz e o que se pode fazer melhor, o que o Centro de Atendimento Socioeducativo pode fazer para reintegrar os jovens em conflito com a lei e transformá-los em pessoas importantes para a sociedade.

Por fim, quero cumprimentar a diretoria da Associação Hospitalar de Santa Catarina, que está promovendo o congresso

sobre o Plano de Gestão em Saúde. Santa Catarina tem 180 hospitais filantrópicos ou ditos particulares e 14 hospitais públicos estaduais. A informação não é bem exata, mas em torno de 80% dos atendimentos feitos em Santa Catarina acontecem nos hospitais filantrópicos pelo SUS. Contudo, nem a metade dos recursos gastos na saúde chegam a eles, justamente porque eles têm um cunho de caridade, foram feitos sob a égide da caridade, de prestar atendimento gratuito aos doentes.

Cem anos atrás, quando não existia qualquer estrutura social para o atendimento às pessoas doentes, começou, através de padres e freiras de algumas associações beneficentes, a construção desses hospitais para atender a essa demanda. Mas de 100 anos para cá tivemos uma evolução gradativa de procedimentos, de métodos e de diagnósticos na área da medicina, avanços esses que tinham que chegar ao povo.

Então, enquanto não havia um módulo público social para o atendimento, quem fazia isso eram as entidades de caridades. Infelizmente a realidade ainda não mudou e a saúde, que hoje é um direito de

todos e uma obrigação do estado, continua sendo uma ação caridosa.

Nesse fórum de gestão da saúde ficou claro que o governo federal erra quando, tentando se justificar perante a população, afirma que faltam médicos no interior e na periferia porque os médicos querem ficar apenas nos centros urbanos. Isso não é verdade! É a gestão do SUS que centraliza e faz com que lá no interior não se paguem os procedimentos ou paguem-se mal os procedimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Moacir Sopelsa - Presidente, Arnaldo Moraes; Mauro de Nadal, José Nei Alberton Ascarí, Narcizo Parisotto, Adilor Guglielmi e Dirceu Dresch, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Moacir Sopelsa que cumprimentou a todos os presentes, seguindo fez leitura do Requerimento do senhor Deputado Marcos Vieira solicitando uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público a ser realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze, as quatorze horas, no salão do Parque de Exposição do Município de Alfredo Wagner, a fim de discutir sobre a incidência cada vez maior de autuações feitas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, aos pequenos produtores rurais da Grande Florianópolis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, chefe de secretária lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo presidente. Florianópolis, 18 de setembro de dois mil e treze.

Deputado Moacir Sopelsa

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia dezois de outubro do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Moacir Sopelsa - Presidente, José Milton Scheffer, Mauro de Nadal, José Nei Alberton Ascarí, Narcizo Parisotto, Adilor Guglielmi e Dirceu Dresch, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Moacir Sopelsa que cumprimentou a todos os presentes, seguindo fez leitura do Requerimento do Sindicato da Indústria da Carne e Derivados no Estado de Santa Catarina - SINDICARNE e a Associação Catarinense de Avicultura - ACAV, solicitando um agendamento de uma reunião entre os representantes destas entidades e a Comissão de Agricultura, em razão da ausência destas entidades na audiência pública ocorrida no dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze no município de Nova Veneza, foi aprovada por unanimidade a realização da reunião para o dia quatro de novembro de dois mil e treze às dezesseis horas na Alesc, seguindo fez leitura do requerimento da Deputada Ana Paula Lima solicitando uma audiência pública para o dia vinte e nove de outubro de dois mil e treze às dezesseis horas na Alesc, para tratar sobre a Criação do Cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, foi aprovada por unanimidade a realização da audiência, na sequência fez leitura do parecer favorável pela diligência do relator Deputado Arnaldo Moraes, ao OF.0526.0/2013, aprovado por unanimidade; fez leitura do OF. 0277.2/2013 avocado; leitura do PL.0251.7/2013 autoria do Deputado Pedro Baldissera com parecer do relator Deputado Jose Nei Ascarí; leitura do PL.0383.7/3012 de autoria do Deputado José Milton Scheffer avocado; leitura do PL.0004.5/2013 de autoria do Deputado Dirceu Dresch e parecer do Deputado Doña Guglielmi, todos com parecer favorável e aprovados por unanimidade. Nada mais

havendo a tratar, o Senhor presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, chefe de secretária lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo presidente. Florianópolis, 16 de outubro de dois mil e treze.

Deputado Moacir Sopelsa

Presidente

*** X X X ***

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia quinze de outubro de dois mil e treze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Carlos Chiodini, Volnei Morastoni, Sargento Amauri Soares, Darci de Matos, Aldo Schneider e Marcos Vieira. Aberto os trabalhos o Deputado Presidente, colocou em discussão a Ata da Sétima Reunião Ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente submeteu para votação o PL./0180.9/2013 de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia da Imigração, o trecho da Rodovia SC-154, entre o município de Ipumirim e o trevo do município de Vargeão - BR-282, o qual havia sido avocado pelo Presidente, com parecer pela aprovação, nos termos do Substitutivo Global apresentado. Por unanimidade os membros da Comissão, aprovaram o Projeto de Lei. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, onde para constar eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia. Sala das Comissões, quinze de outubro de dois mil e treze.

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 261/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 062/2013 celebrado em 30/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: **Bloco Parlamentar Brasileiro da UPM.**

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na atividade denominada de MERCOSUL CIDADÃO que correu na cidade de Chapecó nos dias 21 e 22 de agosto do corrente ano, onde foi concedido à ALESC.

DATA: 21 e 22 de agosto de 2013.

VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0116/2013.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.55 (Patrocínio), do orçamento da ALESC.

Florianópolis, 22 de outubro de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 262/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 083/2013-00 celebrado em 30/09/2013, oriundo da Inexigibilidade nº 062/2013 celebrado em 30/09/2013.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: **Bloco Parlamentar Brasileiro da UPM.**
 OBJETO: Aquisição de espaço físico e de cota de participação na atividade denominada de **MERCOSUL CIDADÃO** que ocorreu na cidade de Chapecó nos dias 21 e 22 de agosto do corrente ano.
 VALOR: R\$ 20.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0116/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 062/2013;
 Florianópolis, 22 de outubro de 2013.
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
 Deputado Kennedy Nunes- Vice-Presidente
 *** X X X ***

EXTRATO Nº 263/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 095/2013-00 celebrado em 14/10/2013.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Personal Móveis e Escritórios Ltda.Me
 OBJETO: Aquisição de móveis (balcão), incluindo a montagem e instalação
 VALOR: R\$ 6.262,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização para Processo Licitatório nº 105 de 11/9/2013, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Pregão Presencial nº 25 de 3/10/2013.
 Florianópolis, 22 de outubro de 2013.
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
 Gilmar Paim Braga- Sócio Diretor
 *** X X X ***

EXTRATO Nº 264/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 094/2013-00 celebrado em 14/10/2013.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: GM Indústria e Comércio Varejista de Móveis Ltda. me
 OBJETO: Aquisição de móveis (mesas, cadeiras e poltronas), incluindo a montagem e instalação.
 VALOR: R\$ 80.869,00, sendo R\$ 27.179,00 para Lote 01 e R\$ 53.690,00 para o Lote 03.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização para Processo Licitatório nº 105 de 11/9/2013, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Pregão Presencial nº 25 de 3/10/2013.
 Florianópolis, 22 de outubro de 2013.
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
 Adriana Meyer- Sócia Gerente
 *** X X X ***

EXTRATO Nº 265/2013

REFERENTE: **Contrato CL nº 099/2013-00 celebrado em 17/10/2013.**
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: **Delta Editora e Serviços Gráficos Ltda.**
 OBJETO: Aquisição de 300.000 cartilhas (gibis) para atender o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente o programa "O que você tem a ver com a corrupção?".
 VALOR: R\$ 96.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamentam o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 108 de 9/9/2013, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial nº 27 de 13/10/2013.
 Florianópolis, 22 de outubro de 2013.
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
 Elieser de Aguiar- Sócio
 *** X X X ***

EXTRATO Nº 266/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 077/2013 celebrado em 21/10/2013.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC)
 OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na palestra "**Obesidade como Problema de Saúde Pública**", a realizar-se no dia 26 de outubro de 2013 no município de Florianópolis/SC
 DATA: 22 de outubro de 2013.
 VALOR GLOBAL: R\$ 12.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e

Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0115/2013 - LIC ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais). Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).
 Florianópolis, 22 de outubro de 2013.
 Joares Ponticelli - Presidente ALESC
 *** X X X ***

EXTRATO Nº 267/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 104/2013-00 celebrado em 21/10/2013, oriundo da Inexigibilidade nº 077/2013 celebrado em 21/10/2013.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC)
 OBJETO: Adquirir cota de participação e de espaço físico na palestra denominada de "Obesidade como Problema de Saúde Pública" que acontecerá na cidade de Florianópolis/SC, no dia 26 de outubro de 2013.
 VALOR: R\$ 12.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório nº 0115/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 077/2013 e; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 22 de outubro de 2013.
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
 Noemir Terezinha Santos- Presidente
 *** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0447.6/2013**

Declara de Utilidade Pública a Instituição Santa Rita de Cássia.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Santa Rita de Cássia, com sede no município de Araranguá (SC).

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da Legislação vigente;
 - III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões, em
 Deputado Dóia Guglielmi

Lido no Expediente
 Sessão de 17/10/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a Instituição Santa Rita de Cássia, com sede no município de Araranguá (SC), atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

Deputado Dóia Guglielmi

Republicado por incorreção

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0448.7/2013

Dispõe sobre critérios para apuração do valor adicionado na determinação do Índice de Participação dos Municípios - IPM.

Art. 1º No caso de exportação de mercadorias, para fins de apuração do valor adicionado, que compõe o índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS, 90% (noventa por cento) do valor das saídas de exportação serão atribuídos ao município em que foi efetuada a industrialização e 10% (dez por cento) ao município em que ocorreu a exportação, deduzido, proporcionalmente, o valor de entrada das mercadorias, quando a exportação decorrer de:

I - remessa de produção do estabelecimento industrial, com fim específico de exportação, a *trading company*, empresa comercial exportadora ou outro estabelecimento do remetente;

II - remessa de mercadorias para formação de lote de exportação de mercadorias produzidas pelo estabelecimento industrial;

III - transferência de produção própria para outro estabelecimento da mesma empresa; ou

IV - transferência de produção do estabelecimento, que não deva por ele transitar, que tenham sido remetidos para armazém geral, depósito fechado ou outro, para fins de exportação, sem que haja retorno ao estabelecimento depositante.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/10/2013

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/13

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Constituição Federal, art. 158, a arrecadação do ICMS deve ser repartida em 75% ao estado e 25% aos municípios.

O mesmo dispositivo determina que as parcelas do ICMS pertencentes aos municípios lhes sejam creditadas de acordo com o índice apurado pelos seguintes critérios:

a) 3/4 (três quartos), no mínimo, na proporção do valor adicionado relativo à circulação de mercadorias e a prestação de serviços realizados em seus territórios; e

b) até 1/4 (um quarto) conforme dispuser lei estadual.

A Lei Complementar Federal nº 63, de 1990, conceituou o Valor Adicionado, em suma, como o valor de saídas menos entradas de mercadorias, mais as prestações de serviços do ICMS.

Assim, é de importância fundamental o valor adicionado como critério de composição do índice de participação de cada município no produto da arrecadação do ICMS. Trata-se de conceito com substrato econômico, pois diz respeito à riqueza agregada nas operações mercantis realizadas no município, o valor das mercadorias saídas, acrescido das prestações de serviços, deduzido o valor das mercadorias entradas.

Para efeito de apuração do valor adicionado, o que importa é a riqueza gerada no município, ou a quantidade de valor agregado nas operações realizadas dentro de seu território. Ressalte-se que, no caso de exportação, o importante é considerar o valor final do produto exportado, quando poderia ter constado nos documentos fiscais na operação realizada a partir da indústria. O valor adicionado, neste caso, precisa de definição precisa, que pode ser realizada mediante lei estadual.

Elevado número de municípios catarinenses têm indústrias que influenciam significativamente no valor adicionado, de onde decorrem os Índices de Participação dos Municípios no Produto da Arrecadação do ICMS - IPM.

O IPM é fundamental para os municípios, determinante do valor do repasse do ICMS. Resulta de parâmetros regulados por normas constitucionais, federais e estaduais.

Em Santa Catarina está ocorrendo, há anos, grave crise financeira em muitos municípios por falta de definição clara em relação à exportação de mercadorias. Grandes indústrias, ainda instaladas e operando a plena atividade, que antes propiciaram retorno elevado de ICMS para os municípios nas saídas de mercadorias produzidas para exportação, alteraram seus critérios de valoração dos preços de transferência e remessa de mercadorias para exportação, prejudicando o retorno do ICMS aos municípios que as sediam.

Portanto, vem caindo drasticamente o retorno do ICMS para esses municípios. É visível a elevada redução nos Índices de Participação no Produto da Arrecadação do ICMS, notadamente no cálculo do valor adicionado dessas indústrias.

Interessante observar que, enquanto há queda da participação no ICMS do município em que sediada a indústria, há a correspondente elevação do retorno do ICMS no município em que se opera a exportação por ter terminal portuário, de forma concentrada, absorvendo toda a perda dos demais.

Identificou-se que o motivo da queda se deu apenas pela alteração na forma de atribuição do valor das mercadorias, quando as indústrias passaram a constar nas notas fiscais de transferências ou remessas de mercadorias com fins de exportação a outros estabelecimentos sediados em municípios portuários, valores inferiores aos anteriormente utilizados nesses documentos fiscais.

Obviamente, essa mudança tem causado efeitos danosos às administrações municipais, que perdem sistematicamente recursos financeiros para cumprir as obrigações orçamentárias, e prejudica a prestação de serviços públicos de qualidade, indispensáveis ao bem estar da comunidade.

Além disso, esses municípios têm elevados gastos em razão de maiores desgastes pela circulação de veículos pesados em suas malhas viárias, necessitam realizar obras de infraestrutura, atender a todos os empregados, direta ou indiretamente ligados à produção dessas indústrias e recuperar danos ambientais.

O município exportador tem demandas financeiras bem menores, necessários apenas para manter os estabelecimentos que armazenam as mercadorias a serem exportadas. Entretanto, estão se beneficiando de valores adicionados, que antes eram atribuídos aos municípios sedes das indústrias.

Este projeto de lei pretende minimizar as perdas desses municípios industriais.

A pretensão não é alterar os procedimentos das indústrias em relação à emissão de documentos fiscais, como a exigência de constar o preço final do produto destinado à exportação, na operação do estabelecimento industrial, em vez de constar preço de transferência ou remessa pelo custo ou abaixo do preço final. Basta considerar que o preço final do produto exportado seja repartido entre o município sede da indústria e o município em que se efetivou a exportação dos produtos daquela indústria.

A forma proposta é no sentido de se resgatar os índices de participação anteriores, mais justos, ou seja, atribuindo-se aos municípios em que se situam as indústrias a maior parte do valor adicionado resultante da exportação, como forma de compensação pelos maiores dispêndios e danos ambientais, já descritos.

Assim, o projeto de lei estabelece que, nas operações em que a mercadoria é produzida em um município, e remetida ou transferida para fins de exportação em outro município, será considerado, para fins de apuração do valor adicionado, 90% (noventa por cento) do valor da exportação para o município em que a mercadoria é industrializada, e 10% (dez por cento) para o município onde se efetuou a exportação, deduzido, proporcionalmente, o valor das mercadorias.

Deputado Marcos Vieira

Republicado por incorreção

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 190/2013

Dispõe sobre a criação e a concessão de incentivo financeiro às Centrais de Regulação no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas as Centrais de Regulação de Internações Hospitalares e as Centrais de Regulação de Consultas e Exames que serão operacionalizadas pela Superintendência de Serviços Especializados e Regulação da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Parágrafo único. As Centrais de Regulação têm por objetivo:

I - descentralizar e regionalizar a assistência à saúde, otimizando os recursos e qualificando a oferta;

II - padronizar os Protocolos Clínicos e de Acesso que serão utilizados nas Centrais de Regulação, aumentando o controle e a fiscalização dos serviços e atendimentos;

III - estabelecer competências, fluxos e responsabilidades na regulação do acesso à saúde no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde);

IV - garantir a agilidade e a qualidade no acesso à assistência à saúde pública;

V - reduzir o tempo de espera para consultas, exames e internações; e

VI - reduzir o número de transporte de pacientes entre municípios.

Art. 2º Compete às Centrais de Regulação:

I - Central de Regulação de Consultas e Exames: regular o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) a todos os procedimentos ambulatoriais, especializados ou não, incluindo:

a) consultas especializadas;

b) serviços de apoio de diagnóstico terapêutico; e

c) cirurgias ambulatoriais; e

II - Central de Regulação de Internações Hospitalares: regular o acesso aos leitos e aos procedimentos hospitalares dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, próprios, contratados ou conveniados.

Parágrafo único. Compete à Central de Regulação de Internações Hospitalares regular os leitos qualificados das Redes de Atenção à Saúde, como leitos das portas de entrada, das UTIs, de retaguarda, de cuidados prolongados, da saúde mental e materno-fetais.

Art. 3º A responsabilidade da gestão das Centrais de Regulação de Internações Hospitalares e das Centrais de Regulação de Consultas e Exames seguirá a Política do Estado.

Parágrafo único. O detalhamento de competências e fluxos serão definidos entre a SES e as Secretarias Municipais de Saúde, mediante pactuação e deliberação na Comissão Intergestores Bipartite.

Art. 4º A distribuição geográfica das Centrais Macrorregionais de Regulação seguirá a distribuição das macrorregiões estabelecida no Plano Diretor de Regionalização - 2012, do Estado de Santa Catarina, na seguinte forma:

I - Macrorregião Nordeste e Planalto Norte: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames;

II - Macrorregião Grande Florianópolis: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames;

III - Macrorregião Vale do Itajaí: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames;

IV - Macrorregião Foz do Rio Itajaí: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames;

V - Macrorregião Sul: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames;

VI - Macrorregião Serra Catarinense: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames;

VII - Macrorregião Meio Oeste: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames; e

VIII - Macrorregião Grande Oeste: uma Central de Regulação de Internações Hospitalares e uma Central de Regulação de Consultas e Exames.

§ 1º Ficam criados na estrutura organizacional da SES, 8 (oito) cargos de provimento em comissão de Gerente Macrorregional de Regulação, código DGS/FTG-2, nos Municípios de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Joaçaba, Lages e Balneário Camboriú.

§ 2º Os Gerentes Macrorregionais de Regulação ficam subordinados, tecnicamente e administrativamente à Superintendência de Serviços Especializados e Regulação da SES e terão as atribuições de coordenar, organizar e supervisionar a operacionalização das Centrais de Regulação, bem como o gerenciamento dos Complexos Reguladores.

§ 3º As Centrais de Regulação de Internações Hospitalares terão funcionamento em tempo integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia e nos 7 (sete) dias da semana; e as Centrais de Regulação de Consultas e Exames deverão funcionar nos dias úteis por pelo menos 8 (oito) horas diárias.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento do Fundo Estadual de Saúde, podendo haver complementação do Tesouro Estadual.

Parágrafo único. No caso de gestão e gerência compartilhada entre a SES e os Municípios, fica autorizado o repasse de recursos ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Os atos complementares necessários à execução desta Lei serão editados pelo Chefe do Poder Executivo, podendo ser delegados ao Secretário de Estado da Saúde.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 191/2013

Dispõe sobre o incentivo financeiro aos Municípios do Estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média e alta complexidade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de incentivo financeiro aos Municípios do Estado de Santa Catarina destinada à realização de consultas e exames de média e alta complexidade, relativos às especialidades definidas como linhas de cuidados prioritárias, com os seguintes objetivos:

I - diminuir o tempo de espera para consultas e exames especializados;

II - aumentar a oferta de serviços especializados de média e alta complexidade;

III - diminuir o número de transporte de pacientes entre Municípios;

IV - proporcionar atendimento integral dentro de cada região de saúde; e

V - diminuir a demanda reprimida nas especialidades das linhas de cuidados prioritárias.

Art. 2º Consideram-se linhas de cuidados prioritárias as especialidades elencadas por levantamento acerca da demanda reprimida no Estado e outras especialidades estabelecidas pelo Ministério da Saúde como prioritárias na atenção à saúde.

§ 1º Consideram-se linhas de cuidados prioritárias as seguintes especialidades:

I - Alergia e Imunologia;

II - Cardiologia;

III - Cirurgia Vascular;

IV - Endocrinologia;

V - Neurologia;

VI - Oftalmologia;

VII - Oncologia;

VIII - Ortopedia;

IX - Otorrinolaringologia; e

X - Proctologia.

§ 2º Devido ao processo acelerado de transição demográfica e epidemiológica, será realizada revisão anual das linhas de cuidados prioritárias, por meio de atualização da demanda reprimida no Estado e de acordo com a legislação ministerial vigente, quanto às ações prioritárias na atenção à saúde.

Art. 3º O incentivo financeiro repassado aos Municípios será correspondente ao valor *per capita* correspondente a R\$ 0,30 (trinta centavos de real) mês por habitante, conforme Deliberação nº 274/CIB/12, de 28 de junho de 2012, e de acordo com a estimativa populacional do IBGE 2012, publicada no DOU em 31 de agosto de 2012.

Parágrafo único. O valor *per capita* de que trata o *caput* deste artigo deverá ser alocado exclusivamente na disponibilização de consultas de especialidades médicas e apoio diagnóstico, de acordo com as linhas de cuidados prioritárias do respectivo Município, ficando a critério da Comissão Intergestores Regional (CIR) a definição das mesmas, sendo que os recursos do *per capita* deverão evidenciar um aumento na oferta dos procedimentos definidos.

Art. 4º O repasse do incentivo financeiro está condicionado:

I - à assinatura do Termo de Compromisso no qual devem estar estabelecidas metas quantitativas de aumento real de oferta de consultas e exames especializados pelo Município, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e as Secretarias Municipais de Saúde e pactuado em Comissão Intergestor Regional;

II - ao aumento da oferta dos serviços especializados de consultas e exames de média e alta complexidade nas linhas de cuidados prioritárias descritas no art. 2º desta Lei;

III - ao cumprimento de metas quantitativas de consultas e exames mensais firmadas em Termo de Compromisso entre a SES e as Secretarias Municipais de Saúde;

IV - à revisão das metas estabelecidas no Termo de Compromisso realizado entre a SES e as Secretarias Municipais de Saúde anualmente; e

V - à regulação do acesso à assistência por meio das Centrais de Regulação de Consultas e Exames, com disponibilização completa da oferta de consultas e exames especializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da meta a ser cumprida pelo Município, será utilizada a Tabela de Consultas e Exames da SES (TabCE/SES), cujos valores de referência unitária das consultas e exames serão fixados mediante pactuação entre a SES e as Secretarias Municipais de Saúde.

§ 2º O cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Compromisso será analisado mediante relatório detalhado, conforme regras a serem pactuadas entre a SES e as Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 5º Independentemente do valor do incentivo, os Municípios continuarão a receber os recursos que lhes são destinados conforme a Programação Pactuada Integrada, por meio de transferência fundo a fundo (Fundo Nacional de Saúde e/ou Fundo Estadual de Saúde), sem nenhuma mudança na atual sistemática de repasse.

Art. 6º Os recursos de que trata esta Lei serão repassados do Tesouro Estadual para o Fundo Estadual de Saúde.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias à implementação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 192/2013

Institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PLANO DE GESTÃO DA SAÚDE

Art. 1º Fica instituído o Plano de Gestão da Saúde, que tem por objetivo a melhoria estrutural dos serviços de saúde pública prestados pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Estado da Saúde (SES);

II - Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON);

III - Centro de Hematologia e Hemoterapia (HEMOSC);

IV - Instituto de Anatomia Patológica (IAP); e
V - Centro Catarinense de Reabilitação (CCR).

Parágrafo único. O Plano de Gestão da Saúde é composto pelos seguintes Programas:

I - Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica (PRÓ-ATIVIDADE);

II - Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos (PRÓ-MUTIRÃO); e

III - Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar (PRÓ-GESTÃO).

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À PRODUTIVIDADE E À ATIVIDADE MÉDICA

Seção Única

Do Objetivo e das Metas de Produtividade Médica

Art. 2º O PRÓ-ATIVIDADE tem por objetivo incentivar o aumento da produção e da melhoria da qualidade do atendimento médico nas unidades hospitalares sob regime de administração direta do Estado, bem como no CEPON, HEMOSC, IAP e CCR.

Art. 3º O PRÓ-ATIVIDADE será mensurado com base em indicadores individuais de verificação da produtividade, cujas metas e critérios de apuração serão fixados na forma definida em decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O contrato de gestão estabelecerá, de acordo com o disposto em decreto, as obrigações, metas de desempenho e condições individualizadas para verificação do cumprimento da pontuação necessária para a percepção da verba indenizatória prevista no art. 6º desta Lei.

§ 2º O contrato de gestão será firmado pelo Secretário de Estado da Saúde e pelo Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais com os gestores de unidades hospitalares, CEPON, HEMOSC, IAP e CCR, em articulação com a Superintendência de Planejamento e Gestão e com a Superintendência de Serviços Especializados e Regulação, juntamente com os servidores envolvidos, mediante termo de adesão.

Art. 4º No cumprimento das metas estabelecidas no art. 3º desta Lei, os servidores ativos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, na competência de médico, farão jus ao pagamento de Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM) e de Retribuição por Produtividade Médica (RPM).

Parágrafo único. O pagamento das verbas previstas no *caput* deste artigo depende da efetiva realização dos procedimentos e do devido apontamento nos sistemas oficiais de registro e controle das atividades, levando-se em consideração o nível de cumprimento das metas fixadas, e do cumprimento comprovado da carga horária.

Subseção I

Da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica

Art. 5º A GDPM, de natureza remuneratória, é devida aos servidores ativos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, na competência de médico, inclusive aos admitidos em caráter temporário nessa função, em exercício nos órgãos e nas entidades mencionadas nos incisos do *caput* do art. 1º desta Lei, que executam atividades de baixa, média e alta complexidade.

§ 1º As disposições do *caput* são aplicáveis também à unidade administrativa sob gestão de Organização Social (OS) e àquela municipalizada a partir da vigência da Lei nº 13.996, de 16 de abril de 2007.

§ 2º O pagamento da GDPM observará o seguinte:

I - produtividade alcançada como resultado do Programa de que trata este Capítulo, será aferida por pontos, considerando-se como limite mínimo 70 (setenta) pontos e como limite máximo 100 (cem) pontos;

II - pontuação será atribuída em múltiplos de 10 (dez); e

III - valor de cada ponto de produtividade será de R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos).

§ 3º Os pontos de produtividade da GDPM serão conquistados pelo cumprimento das metas fixadas no contrato de gestão, considerando-se carga horária alocada e observando-se os seguintes critérios:

I - atingindo, no mínimo, 70% (setenta por cento) da média ponderada das metas, será atribuído ao servidor 10 (dez) pontos;

II - atingindo, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da média ponderada das metas, será atribuído ao servidor 20 (vinte) pontos; e

III - atingindo, no mínimo, 90% (noventa por cento) da média ponderada das metas, será atribuído ao servidor 30 (trinta) pontos.

§ 4º A GDPM será devida nos afastamentos por motivo de saúde própria, do cônjuge ou de pessoa da família com parentesco de primeiro grau, gestação, férias e licença-prêmio, considerando-se a média aritmética dos valores percebidos nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao afastamento.

§ 5º Sobre a GDPM não incidirá qualquer adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina e o terço constitucional de férias.

§ 6º A vantagem pecuniária da GDPM incorpora-se aos proventos de aposentadoria de acordo com a média aritmética dos valores percebidos nos 42 (quarenta e dois) meses que antecederem ao pedido de passagem para a inatividade, garantido o valor mínimo de 30 (trinta) pontos.

§ 7º Ao servidor médico designado para o desempenho de atividades de auditoria e regulação será atribuída a pontuação referida no inciso III do § 3º deste artigo.

§ 8º A GDPM terá como competência o mês de processamento dos procedimentos e será incluída na folha de pagamento do segundo mês subsequente.

Subseção II

Da Retribuição por Produtividade Médica

Art. 6º A RPM, de natureza indenizatória, é devida aos servidores ativos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, na competência de médico, inclusive aos admitidos em caráter temporário nessa função, em exercício nos órgãos e nas entidades mencionadas nos incisos do *caput* do art. 1º desta Lei, que executam serviços profissionais relativos aos procedimentos de baixa, média e alta complexidade.

Art. 7º Os valores da RPM serão fixados com base nos valores dos serviços profissionais constantes da Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde (SUS), vigentes na data de publicação desta Lei e, na omissão, estabelecidos por decreto do Chefe do Poder Executivo, com base em métodos e convenções usuais, observando-se o seguinte:

I - baixa e média complexidade: duas vezes os valores fixados na Tabela Unificada do SUS, por procedimento realizado; e

II - alta complexidade: uma vez e meia os valores fixados na Tabela Unificada do SUS, por procedimento realizado.

§ 1º A RPM terá como competência o mês de efetiva realização e inserção nos sistemas oficiais de registro e controle dos procedimentos e será incluída na folha de pagamento do segundo mês subsequente.

§ 2º Do montante mensal processado para pagamento da RPM, será deduzido como valor de referência:

I - 30 (trinta) pontos da GDPM, na hipótese do cumprimento integral das metas mensais previstas no contrato de gestão; e

II - 100 (cem) pontos da GDPM, na hipótese do não cumprimento integral das metas mensais previstas no contrato de gestão.

§ 3º Os profissionais mencionados no art. 6º desta Lei e que prestem serviços em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, devidamente comprovadas, serão indenizados unicamente com o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da média das retribuições também percebidas pelos profissionais da unidade hospitalar de lotação, que atingirem a totalidade das metas mensais.

§ 4º A RPM será também atribuída aos admitidos em caráter temporário na função de médico, e aos servidores de mesmo cargo, cedidos ou à disposição da SES.

§ 5º A RPM será devida aos servidores da competência de odontólogo, quando realizarem procedimentos cirúrgicos relativos à sua especialidade.

§ 6º A indenização prevista neste artigo constitui prestação pecuniária eventual, desvinculada dos vencimentos ou da remuneração do servidor.

§ 7º O valor da indenização referida no *caput* deste artigo não se incorpora aos vencimentos, salários, proventos ou pensões para nenhum efeito e não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária, benefício ou indenização, não havendo incidência de contribuição previdenciária, aplicando-se as regras fixadas pelo § 11 do art. 37 da Constituição da República.

§ 8º Os procedimentos sujeitos à indenização referida no *caput* deste artigo devem ser realizados majoritariamente durante a jornada de trabalho regular estabelecida por lei para os servidores mencionados no art. 6º desta Lei.

§ 9º Os procedimentos referidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo devem ser realizados em pacientes oriundos das Centrais Estaduais de Regulação e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (SAMU), devidamente registrados nos sistemas oficiais de registro e controle das atividades, respeitando-se a Programação Pactuada Integrada da Assistência do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA ESTADUAL PERMANENTE DE MUTIRÕES DE PROCEDIMENTOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS ELETIVOS

Art. 8º O PRÓ-MUTIRÃO tem o objetivo de permitir a ampliação do acesso aos procedimentos clínicos e cirúrgicos eletivos, por meio da organização das atividades assistenciais necessárias a viabilizá-lo, concentrando-as em dias específicos e executando-as fora dos horários rotineiros de trabalho, dirigidas aos pacientes oriundos das Centrais Estaduais de Regulação.

§ 1º O PRÓ-MUTIRÃO visa à realização de procedimentos clínicos e cirúrgicos eletivos das especialidades de Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Coloproctologia, Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Urologia.

§ 2º Os procedimentos clínicos e cirúrgicos eletivos que farão parte do PRÓ-MUTIRÃO constituirão lista de procedimentos a ser detalhada e anexada ao decreto que regulamentará esta Lei.

Art. 9º Os pacientes a serem submetidos às cirurgias eletivas no PRÓ-MUTIRÃO serão oriundos das Centrais Estaduais de Regulação, organizados em listas oficiais, de acordo com as normas próprias da Superintendência de Planejamento e Gestão e da Superintendência de Serviços Especializados e Regulação, articuladas à Superintendência de Hospitais Públicos Estaduais da SES.

§ 1º O PRÓ-MUTIRÃO será instituído no âmbito das unidades hospitalares integrantes da estrutura organizacional da SES, sob a coordenação da Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais, articulada à Superintendência de Serviços Especializados e Regulação e Superintendência de Planejamento e Gestão.

§ 2º Os procedimentos abrangidos pelo PRÓ-MUTIRÃO serão realizados aos sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo e não serão computados para efeito da aferição da produtividade estabelecida pelo PRÓ-ATIVIDADE.

§ 3º Os profissionais médicos que atuarem nos procedimentos cirúrgicos eletivos do PRÓ-MUTIRÃO receberão a RPM na forma dos incisos I e II do *caput* do art. 7º desta Lei.

§ 4º A hora trabalhada no âmbito do PRÓ-MUTIRÃO, desempenhada além da jornada normal de trabalho, será remunerada como gratificação de hora plantão, sem aplicação dos limites de que trata o art. 7º da Lei nº 1.127, de 27 de março de 1992.

§ 5º São pressupostos do pagamento da indenização referida no § 3º deste artigo:

I - escala de trabalho específica devidamente autorizada pelo dirigente da unidade;

II - documento de frequência do servidor; e

III - documentação física dos procedimentos realizados nos respectivos pacientes, que ficarão arquivados na unidade hospitalar para eventual diligência ou fiscalização.

§ 6º Para efeitos do PRÓ-MUTIRÃO, consideram-se procedimentos clínicos e cirúrgicos eletivos aqueles executados nos pacientes não incluídos nas condições de urgência e emergência, na forma definida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Art. 10. As escalas de trabalho para o PRÓ-MUTIRÃO são adicionais à carga horária dos servidores envolvidos, não podendo a carga horária semanal dos servidores ser cumprida nos horários associados aos mutirões.

Art. 11. Compete à Gerência de Acompanhamento da Execução das Metas Hospitalares, vinculada à Superintendência de Hospitais Públicos Estaduais, acompanhar a execução do PRÓ-MUTIRÃO, sendo responsável pelas seguintes atividades:

I - analisar e coletar informações referentes aos servidores responsáveis pela execução dos mutirões, o número de horas utilizadas e de pacientes submetidos às cirurgias eletivas alocadas ao PRÓ-MUTIRÃO; e

II - comunicar ao Comitê de Gerenciamento do Plano de Gestão da Saúde (CPGS) os dados referentes à execução mensal do Programa, incluindo profissionais alocados, horas utilizadas, procedimentos clínicos e cirúrgicos realizados e número de pacientes.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO HOSPITALAR

Art. 12. O PRÓ-GESTÃO tem como objetivo aperfeiçoar a eficiência e a eficácia das unidades com gestão própria do Estado, valorizando e promovendo as boas práticas e o desempenho das suas diretorias, estabelecendo perfis profissionais, critérios para preenchimento dos cargos de direção e para o pagamento da remuneração e da indenização previstas para os ocupantes dos cargos de provimento em comissão de:

I - Diretor de Unidade Hospitalar;

II - Gerente de Administração;

III - Gerente Técnico;

IV - Gerente de Enfermagem;

V - Gerente do Centro Catarinense de Reabilitação; e

VI - Gerente de Anatomia Patológica.

Art. 13. Fica criada a Retribuição por Gestão Hospitalar (RGH), de natureza indenizatória, devida aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão elencados nos incisos do *caput* do art. 12 desta Lei.

§ 1º Para fins de pagamento da verba prevista no *caput* deste artigo, os níveis de cumprimento das metas estipuladas, e respectivos valores monetários, estão fixados nos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º Na hipótese da designação recair sobre servidor público estadual, para efeitos do disposto no art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, deve ser observada a soma do vencimento do cargo em comissão acrescido do valor da retribuição prevista no *caput* deste artigo.

Art. 14. É vedada a percepção cumulativa das vantagens decorrentes da ocupação de cargo em comissão, função gratificada, função técnico gerencial ou função de confiança, cujo ocupante esteja submetido a regime de integral dedicação ao serviço, com a remuneração pela prestação de serviços extraor dinários.

Art. 15. Os critérios e indicadores para o pagamento da RGH serão divididos em categorias e estabelecidos em decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. As metas estabelecidas para o pagamento da RGH para os ocupantes dos cargos elencados nos incisos do *caput* do art. 12 serão definidas por meio de contrato de gestão, observado o disposto no § 1º do art. 13 desta Lei.

§ 1º O cumprimento das metas estabelecidas por meio do contrato de gestão será apurado trimestralmente.

§ 2º O cálculo para verificação do nível de cumprimento das metas será realizado pela média aritmética dos 3 (três) meses referentes ao período de avaliação.

§ 3º O pagamento da RGH referente a cada mês será realizado no quarto mês subsequente.

§ 4º A apuração do cumprimento das metas ficará a cargo da Gerência de Acompanhamento da Execução das Metas Hospitalares, que deverá encaminhar os resultados ao Comitê de Gerenciamento do Plano de Gestão da Saúde.

Art. 17. Para a nomeação para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Hospital deve o nomeado possuir graduação ou pós-graduação em gestão, preferencialmente em Gestão Hospitalar.

Parágrafo único. O cargo de provimento em comissão de Diretor de Hospital requer, ainda, dedicação exclusiva de seu ocupante, ressalvado o exercício do magistério.

Art. 18. A nomeação dos ocupantes dos cargos elencados nos incisos do *caput* do art. 12 desta Lei deve obedecer a critérios técnicos e de perfil definidos em decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19. A indenização de que trata o art. 13 desta Lei constitui prestação pecuniária eventual, desvinculada dos vencimentos ou remuneração do servidor.

Art. 20. O valor da indenização de que trata o art. 13 desta Lei não se incorpora aos vencimentos, proventos ou pensões para nenhum efeito e não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária, benefício ou indenização, não havendo incidência de contribuição previdenciária, aplicando-se as regras fixadas pelo § 11 do art. 37 da Constituição da República.

CAPÍTULO V

DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DO PLANO DE GESTÃO DA SAÚDE

Art. 21. Fica criado o Comitê de Gerenciamento do Plano de Gestão da Saúde (CPGS), composto pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado da Saúde (SES);

II - Secretaria de Estado da Fazenda (SEF);

III - Secretaria de Estado da Administração (SEA);

IV - Secretaria de Estado do Planejamento (SPG); e

V - Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Parágrafo único. O Comitê será presidido pelo Secretário de Estado da Saúde.

Art. 22. Compete ao CPGS:

I - analisar os dados mensais dos indicadores coletados nas unidades referidas nos incisos do *caput* do art. 1º desta Lei;

II - avaliar mensalmente o nível de cumprimento das metas individuais e institucionais estabelecidas em contrato de gestão e decreto do Chefe do Poder Executivo;

III - assegurar que as metas estabelecidas garantam produtividade mínima superior a 50% (cinquenta por cento) em comparação com o nível máximo verificado no período entre os anos 2007 e 2012;

IV - avaliar sobre a possibilidade de alterar os critérios e indicadores estabelecidos;

V - avaliar anualmente os resultados do PRÓ-MUTIRÃO, determinando as alterações necessárias para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, em conjunto com as Centrais Estaduais de Regulação; e

VI - deliberar sobre a concessão de reajuste dos valores pagos pela verba de que trata o art. 6º desta Lei.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. O primeiro trimestre para avaliação e apuração de resultados previstos no § 1º do art. 16 desta Lei compreenderá os meses de outubro, novembro e dezembro de 2013.

Art. 24. Ficam extintos os seguintes cargos na estrutura da SES:

I - Gerente de Compras, código DGS/FTG-2;

II - Gerente de Licitações, código DGS/FTG-2;

III - Gerente de Abastecimento, código DGS/FTG-2;

IV - Gerente de Programação e Suprimentos, código DGS/FTG-2;

V - Gerente Técnico, código DGS/FTG-2; e

VI - Gerente de Coordenação das Organizações Sociais, código DGS/FTG-2.

Art. 25. Ficam criados os seguintes cargos na estrutura da SES:

I - Superintendente de Compras e Logística, código DGS/FTG-1;

II - Assistente de Superintendente, código DGS/FTG-3;

III - Diretor de Planejamento e Gestão da Demanda de Bens e Serviços, código DGS/FTG-1;

IV - Gerente de Gestão da Demanda de Bens e Serviços, código DGS/FTG-2;

V - Gerente de Planejamento da Demanda de Bens e Serviços, código DGS/FTG-2;

VI - Diretor de Aquisição de Bens e Serviços, código DGS/FTG-1;

VII - Gerente de Gestão de Bens e Serviços, código DGS/FTG-2;

VIII - Gerente de Aquisições e Licitações, código DGS/FTG-2;

IX - Diretor de Logística, código DGS/FTG-1;

X - Gerente de Bens Regulares, código DGS/FTG-2;

XI - Gerente de Bens Judiciais, código DGS/FTG-2;

XII - Gerente de Acompanhamento da Execução das Metas Hospitalares, código DGS/FTG-2;

XIII - Controlador Interno, código FG-1;

XIV - Assistente de Controlador Interno, código FG-3;

XV - Gerente de Supervisão das Organizações Sociais, código DGS/FTG-2; e

XVI - Assessor Jurídico da Superintendência de Compras e Logística, código DGS/FTG-1.

Art. 26. O pagamento da GDPM instituída pela Lei nº 13.996, de 16 de abril de 2007, e da indenização prevista no art. 4º da Lei nº 15.080, de 4 de janeiro de 2010, enquanto não ocorrer a efetiva implementação dos valores decorrentes da execução desta Lei, deve obedecer os critérios estabelecidos pela legislação revogada no art. 29 desta Lei.

Art. 27. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Saúde (FES), excetuando-se os casos previstos em legislação própria.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Ficam revogadas:

I - a Lei nº 13.996, de 16 de abril de 2007; e

II - a Lei nº 15.080, de 4 de janeiro de 2010.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

Critérios gerais para pagamento da Retribuição por Gestão Hospitalar (RGH) para os Diretores de Unidades Hospitalares

Nível de cumprimento da média das metas institucionais (em %)	Valor mensal da RGH, em R\$
Mínimo 70%	5.671,73
Mínimo 85%	7.921,73
100%	10.171,73

ANEXO II

Critérios gerais para pagamento da Retribuição por Gestão Hospitalar (RGH) para Gerentes de Administração, Técnico e de Enfermagem das unidades hospitalares, Gerente do Centro Catarinense de Reabilitação e Gerente de Anatomia Patológica

Nível de cumprimento da média das metas institucionais (em %)	Valor mensal da RGH, em R\$
Mínimo 70%	2.835,87
Mínimo 85%	3.960,87
100%	5.085,87

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 089/2013

Institui o Dia Estadual do Naturólogo, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de março, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Naturólogo, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de março, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A data comemorativa prevista no *caput* deste artigo passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0209.5/2013

O Projeto de Lei nº 0209.5/2013 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0209.5/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro de Vila Nova e Bairro Industrial Sul, de Rio Negrinho.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova e Bairro Industrial Sul, de Rio Negrinho.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,

Deputado Mauro de Nadal

Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 209/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro de Vila Nova e Bairro Industrial Sul, de Rio Negrinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro de Vila Nova e Bairro Industrial Sul, com sede no Município de Rio Negrinho.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 226/2013

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa do Vinho Goethe dos Municípios de Pedras Grandes e Urussanga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa do Vinho Goethe, dos Municípios de Pedras Grandes e Urussanga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 234/2013

Institui o Dia Estadual da Ginástica Laboral, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Ginástica Laboral a ser comemorado, anualmente, em 22 de novembro.

Parágrafo único. A data comemorativa de que trata o *caput* deste artigo será incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 310/2013

Autoriza a doação de imóveis a Municípios e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar a Municípios catarinenses imóveis com benfeitorias não averbadas, em razão da adesão ao Programa de Parceria Educacional Estado-Município, instituído pelo Decreto nº 502, de 16 de setembro de 2011.

Parágrafo único. Os Municípios contemplados, bem como a individualização dos imóveis, com as respectivas dimensões e matrículas, constam do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais de Ensino Fundamental por parte dos Municípios que aderiram ao Programa de Parceria Educacional Estado-Município, por meio de convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º Caberá aos Municípios beneficiados com as doações promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes nos imóveis.

Art. 4º Os donatários não poderão, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar os imóveis;

II - deixar de cumprir o encargo estabelecido no art. 3º desta Lei no prazo de 4 (quatro) anos, contados a partir da publicação desta Lei; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, os imóveis.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar das escrituras públicas de doação dos imóveis, sob pena de nulidade dos atos.

Art. 5º A reversão de que trata o art. 4º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga aos donatários o direito de retenção no caso de reversão dos imóveis.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta dos Municípios, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado nos atos de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional em cuja área de abrangência encontram-se os imóveis de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

ESCOLA ESTADUAL	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	CONVÊNIO	MUNICÍPIO DONATÁRIO
EEF Padre Bruno Linden	Área de 10.035,00 m ² (dez mil e trinta e cinco metros quadrados), com benfeitoria de aproximadamente 3.078,34 m ² (três mil, setenta e oito metros e trinta e quatro décimos quadrados), matriculado sob o nº 3.356 no Registro de Imóveis da Comarca de Guarimirim e cadastrado sob o nº 1875 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 17105/2011-0	Massaranduba
EEB Prefeito Luiz de Pelegrini	Área de 10.000,00 m ² (dez mil metros quadrados), com benfeitorias de aproximadamente 743,48 m ² (setecentos e quarenta e três metros e quarenta e oito décimos quadrados), matriculado sob o nº 22.703 no Registro de Imóveis da Comarca de Turvo e cadastrado sob o nº 3529 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 17060/2011-7	Meleiro
EEB Ernesto Hachmann	Área de 10.000,00 m ² (dez mil metros quadrados), com benfeitorias de 636,00 m ² (seiscentos e trinta e seis metros quadrados), matriculado sob o nº 10.008 no Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal e cadastrado sob o nº 3635 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16558/2011-1	Capinzal
EEB Ivo Silveira	Área de 5.000,00 m ² (cinco mil metros quadrados), com benfeitorias de aproximadamente 909,00 m ² (novecentos e nove metros quadrados), matriculado sob o nº 2.782 no Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal e cadastrado sob o nº 3632 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16558/2011-1	Capinzal
EEF Diadema	Área de 3.000,00 m ² (três mil metros quadrados), com benfeitorias de 556,00 m ² (quinhentos e cinquenta e seis metros quadrados), matriculado sob o nº 7.542 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02299 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim
EEF Antonio Stuart	Área de 10.125,00 m ² (dez mil, cento e vinte e cinco metros quadrados), com benfeitorias de aproximadamente 623,18 m ² (seiscentos e vinte e três metros e dezoito décimos quadrados), matriculado sob o nº 20.680 no Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio e cadastrado sob o nº 01417 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16796/2011-7	Sombrio
EEB São Sebastião	Área de 8.000,00 m ² (oito mil metros quadrados), com benfeitorias de aproximadamente 971,18 m ² (novecentos e setenta e um metros e dezoito décimos quadrados), matriculado sob o nº 3.097 no Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3693 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste
EEB Leoberto Leal	Área de 5.000,00 m ² (cinco mil metros quadrados), com benfeitorias de 1.593,02 m ² (mil, quinhentos e noventa e três metros e dois décimos quadrados), matriculado sob o nº 5.059 no Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4111 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste
EEB Abel Capella	Área de 4.410,00 m ² (quatro mil, quatrocentos e dez metros quadrados), com benfeitorias de aproximadamente 974,00 m ² (novecentos e setenta e quatro metros quadrados), matriculado sob o nº 4.574 no Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu e cadastrado sob o nº 4098 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16769/2011-0	Governador Celso Ramos
EEB Prof. Dulce Fernandes de Queiroz	Área de 2.481,45 m ² (dois mil, quatrocentos e oitenta e um metros e quarenta e cinco décimos quadrados), com benfeitorias de 736,53 m ² (setecentos e trinta e seis metros e cinquenta e três décimos quadrados), matriculado sob o nº 6.818 no Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba e cadastrado sob o nº 2628 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16801/2011-7	Joaçaba
EEF Seremita F. C. da Silva	Área de 6.275,00 m ² (seis mil, duzentos e setenta e cinco metros quadrados), com benfeitorias de 428,00 m ² (quatrocentos e vinte e oito metros quadrados), conforme certidão nº 15.823 e matrículas nº 1.172 e nº 4.276 no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 4255 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16930/2011-7	Ipuaçu
EEB Alexandre Antonioli	Área de 2.684,35 m ² (dois mil, seiscentos e oitenta e quatro metros e trinta e cinco décimos quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 13.982 no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 04621 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16928/2011-5	Faxinal dos Guedes
EEF Toldo Velho	Área de 9.600,00 m ² (nove mil e seiscentos metros quadrados), com benfeitorias de aproximadamente 392,00 m ² (trezentos e noventa e dois metros quadrados), matriculado sob o nº 16.659 no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 3721 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 16930/2011-7	Ipuaçu
EEF Santo Agostinho	Área de 12.000,00 m ² (doze mil metros quadrados), com benfeitorias de aproximadamente 1.056,05 m ² (mil e cinquenta e seis metros e cinco décimos quadrados), matriculado sob o nº 5.206 no Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3760 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.	Termo de Convênio nº 125/2012-2	Novo Horizonte

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 328/2013

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Brusque.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Brusque, o imóvel com área de 1.939,02 m² (mil, novecentos e trinta e nove metros e dois decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 8.930 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a atual ocupação do Corpo de Bombeiros Militar e da Guarnição da Rádio Patrulha naquele Município, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 949, de 5 de dezembro de 1980, e pelo Decreto municipal nº 1072, de 15 de dezembro de 1980.

Parágrafo único. A construção edificada sobre o imóvel descrito no art. 1º desta Lei será averbada no momento da transferência do imóvel para o Estado.

Art. 3º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 330/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Braço do Trombudo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Braço do Trombudo, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso compartilhado das dependências do Ginásio de Esportes Paulo Vermoehlen, anexo à EEB Adolfo Böving, cujos imóveis estão matriculados sob os nºs 1.188 e 2.866 no Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central e cadastrados sob o nº 4170 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo viabilizar o uso compartilhado do ginásio de esportes pelos alunos da rede municipal e pela Comissão Municipal de Esportes.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 336/2012

Institui o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial do Estado de Santa Catarina o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil, a ser celebrado, anualmente, no dia 23 de novembro.

Art. 2º São objetivos do Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil:

I - estimular ações educativas e preventivas relacionadas ao câncer infantil;

II - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às crianças com câncer;

III - apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol das crianças com câncer;

IV - difundir os avanços técnico-científicos relacionados ao câncer infantil; e

V - apoiar as crianças com câncer e seus familiares.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 337/2013

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Luz no Vale (CERLUZ), do Município de Treviso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação Luz no Vale (CERLUZ), com sede no Município de Treviso.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO Nº 006, de 21 de outubro de 2013**

Estabelece mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º A página eletrônica da Internet da Assembleia Legislativa abrigará mecanismo que permita ao cidadão manifestar sua opinião acerca de qualquer proposição legislativa.

Art. 2º Qualquer cidadão, mediante cadastro único com seus dados pessoais de identificação, poderá manifestar sua opinião acerca das proposições legislativas em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. No acompanhamento da tramitação legislativa constará o número de manifestações favoráveis ou contrárias à matéria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de outubro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***